



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
ALINE AYRES DE HOLLANDA

**OS DESAFIOS AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NO  
ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

FLORIANÓPOLIS  
2018

ALINE AYRES DE HOLLANDA

**OS DESAFIOS AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NO  
ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, orientado pela Professora Doutora Maria Regina de Ávila Moreira.

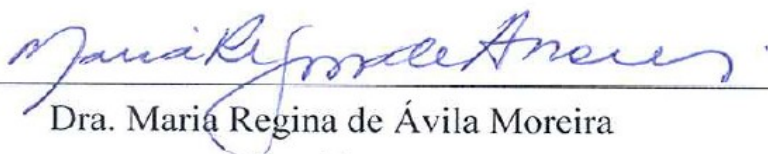
FLORIANÓPOLIS  
2018

ALINE AYRES DE HOLLANDA

**OS DESAFIOS AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NO  
ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, de acordo com as normas do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

**Banca Examinadora**



---

Dra. Maria Regina de Ávila Moreira  
Presidente  
Universidade Federal de Santa Catarina



---

Dra. Dilceane Carraro  
Examinadora  
Universidade Federal de Santa Catarina



---

Greici Juliane Ribeiro Bessa  
Examinadora  
Assistente Social

Dedico este trabalho às minhas mulheres, Sadija, Denise, Rachel, Gabriella e Júlia.  
Também às grandes mulheres que participaram do Projeto de Supervisão  
Profissional aos Assistentes Sociais que atuam no SUAS/SC.

## AGRADECIMENTOS

Durante todo o processo da graduação esperei por este momento. Refleti várias vezes sobre a importância de nos cercarmos por pessoas que contribuam para o nosso desenvolvimento enquanto sujeitos, nos diversos âmbitos da vida, afinal como diria Clarice Lispector “[...] aquele que vai acompanhado, com certeza vai mais longe” e eu tenho o privilégio de ser muito bem acompanhada, então, “senta que lá vem um textão...”

Agradeço eternamente a minha família, faço aqui um recorte às minhas mulheres. Tenho a honra de contar com mulheres fortes e guerreiras, que me apoiam incondicionalmente. À minha mãe Sadija por ser a grande responsável pela formação do meu caráter, por me ensinar a ser otimista, batalhadora, sonhadora. Por repetir seus bordões como “tudo é possível àquele que crê” tantas vezes, pela torcida diária, pela alegria ao contar sobre suas filhas universitárias e por tantas outras coisas que não se esgotam neste texto, nem neste momento. Às minhas irmãs Denise e Rachel, minhas melhores amigas, minhas bases de sustentação, minhas maiores incentivadoras e também colegas de universidade neste período. À minha sobrinha Gabriella, igualmente fundamental nesse processo. Com certeza minha aprovação na UFSC não teria acontecido sem suas dicas, trocas e torcidas. Jamais esquecerei do choro de felicidade quando contávamos juntas os pontos e concluimos que a aprovação seria certa. Juju, pela doçura, graça e leveza. À Ana e Luíz Bicalho, por serem a minha extensão familiar a tantos anos, demonstrando um apoio imensurável.

Ao meu companheiro de vida e amigo Daniel, um dos meus poucos exemplos masculinos de respeito, fiel escudeiro e cúmplice deste processo. Toda minha gratidão por acreditar nos meus sonhos, pela parceria em realizá-los e pela paciência principalmente com as ausências ocasionadas pela dinâmica da vida universitária. Aqui aproveito para estender minha gratidão à sua família por todo suporte direto ou indireto que me foi dado.

Às maravilhosas amigas Patrícia Vannucci e Magnólia Soares por darem significado ao “pra sempre”.

Agradeço também à todo corpo docente do departamento de Serviço Social da UFSC. A responsabilidade de formar profissionais críticos e comprometidos, que acreditem em outros modos de sociabilidade é uma grande tarefa e vocês a cumprem com maestria. Deixo aqui registrada a minha eterna gratidão por ter tido o primeiro contato com a realidade social

por meio do nosso querido Arnaldo Xavier, que teve o dom de despertar em tantos a paixão pela profissão e que nos deixou tantas saudades.

Destaco a minha querida orientadora, Maria Regina de Ávila Moreira e a também querida Maria Teresa dos Santos, pela oportunidade em estagiar num projeto que nos trouxe tanto crescimento e aprendizado e principalmente pela paciência e didática nas supervisões e orientações. Destaco também a linda Dilceane Carraro, coordenadora, supervisora e principalmente mediadora. Não posso deixar de mencionar a Professora Andrea Fuchs por demonstrar a importância do comprometimento, da responsabilidade e da formação continuada. Em breve, também serei Assistente Social “por convicção e não por opção”! Agradeço também aos técnicos do departamento, José Paes, Jivago e Pierri (saudades!).

Às participantes do Projeto Supervisão Profissional aos Assistentes Sociais que atuam no SUAS/SC. A contribuição de vocês para minha vida acadêmica e profissional é inestimável. Não poderia ter melhores exemplos de profissionais guerreiras, comprometidas, críticas e lutadoras. Deixo aqui o meu agradecimento especial à Greici Bessa, que para além da troca e aprendizado no processo do projeto, aceitou prontamente o convite de fazer parte da banca examinadora desse trabalho.

A gratidão se estende aos demais projetos que participei, que tanto contribuíram para a construção do que sou hoje. Ao NESSOP pelo primeiro contato com o mundo além da sala de aula, aqui destaco a Professora Samira Safadi Bastos por toda sua amizade e companheirismo e por nos mostrar cotidianamente que é possível manter o discurso em coerência com a prática: um “chêro”! Ao GEPSS pelo acolhimento, apoio e pelo uso do espaço maravilhoso para construção desse trabalho. Agradeço ao Programa de Educação Tutorial por garantir o nosso aprimoramento e a nossa permanência na universidade. Especialmente agradeço à nossa tutora Rúbia dos Santos Ronzoni pelo respeito à construção coletiva, pela amizade, parceria e aprendizado, e às demais integrantes do grupo, amigas lindas que estarão sempre no meu coração.

Ao Projeto VER SUS agradeço pela oportunidade de dividir meu tempo com pessoas tão maravilhosas, que me mostraram as diversas potencialidades desse mundo louco. Mudaram minha vida, minha visão de mundo, plantaram o amor pela saúde e demonstraram que a autonomia estudantil é essencial no processo de formação.

Agradeço também à equipe do projeto de pesquisa “As condições de trabalho dos assistentes sociais: uma análise a partir da realidade dos estágios nos espaços sócio-ocupacionais”, principalmente pela compreensão da ausência durante esse processo e por todo incentivo dado.

À professora Helenara Fagundes e sua maravilhosa estagiária de docência Nalá Ayalén pelo auxílio fundamental na elaboração do projeto de pesquisa que subsidiou esse trabalho. A pesquisa se tornou muito mais prazerosa depois do aprendizado que me proporcionaram.

Ao Centro Acadêmico Livre de Serviço Social, à Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social, à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social e ao Movimento Estudantil, minha gratidão pela formação cidadã, militante e comprometida. Aqui destaco o agradecimento à Bruna Veiga de Moraes por me apresentar ao MESS. Cada uma das pessoas que se dispõem a tocar as pautas destas entidades merece total respeito. Que felicidade “ainda ter dado tempo” de contar com o Diretório Central dos Estudantes, no último ano da graduação.

Por fim e com grande importância, agradeço à UFSC por propiciar direta ou indiretamente que encontrasse tantas pessoas especiais que levarei sempre em minha vida: Ana's, Ademilde, Kamilla, Camila, Mayara's, Maya, Grênia, Jaina, Vini e Rodrigo, colegas de turma pelo companheirismo e contribuições.

À Fê, Mel, Little May, Mini, Jaque, Pâm, Ellen, Dai, Jeni, Fasolin e Parcus, pelo apoio imensurável, pela amizade e preocupação diária, pelos choros, risos, brigas e desabafos e pela certeza de que o que temos extrapola o perímetro da universidade.

À Lelê, Tai, Malu, Luísa, Bruno Gavião, Luana, Brunoca, Ícaro, Vítinho, Irmãos ao <sup>2</sup>, Mathaus, Juan, Thanmys, Nicole, Leo Moura, Scheyloca e tantas outras pela amizade, pela parceria, pelos tantos momentos de abstração, risos, compartilhamentos e pensamentos divididos.

Todas e todos aqui mencionados tiveram participação especial nesse processo, me fortaleceram, me completaram. Nenhuma conquista é individual e jamais chegaria até aqui sozinha.

COM VOCÊS SOU MUITO MELHOR. MUITO OBRIGADA!

*“Algumas pessoas procuram os padres; outras a poesia; eu, os meus amigos.”*



Virgínia Wolf.

*“[...] os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com quem se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (Karl Marx).*



## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso trata dos desafios postos ao exercício profissional das/os Assistentes Sociais no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de Santa Catarina, referenciados nos debates realizados pelas profissionais que participaram do projeto de extensão: “Supervisão Profissional ao Trabalho dos/das Assistentes Sociais que atuam no Sistema Único de Assistência Social de Santa Catarina”, realizado no período de maio de 2016 a agosto de 2018, coordenado pelo Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. A partir do diálogo entre os apontamentos empreendidos pelas profissionais e os aportes teóricos do Serviço Social, as sínteses produzidas ao longo dos encontros possibilitaram nuclear os conteúdos que resultaram na organização dos capítulos, assim constituídos: contribuições ao debate acerca da assistência social na sociabilidade contemporânea; as demandas e necessidades sociais como um debate constituinte a compreensão da assistência social enquanto um direito; e, a instrumentalidade do Serviço Social no âmbito do SUAS. A compreensão acerca da conjuntura e da realidade social, bem como das categorias e conceitos que orientam essa explicação aparecem como desafios centrais ao processo de trabalho da/o Assistente Social no âmbito do SUAS/SC. Assim, conclui-se como essencial a maturação teórica a partir de processos de educação permanente, de modo a fortalecer a efetivação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa na direção do Projeto Ético-Político da profissão.

**Palavras-chave:** Assistência Social; Exercício Profissional; Necessidades Sociais; Instrumentalidade do Serviço Social.

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	12
2	ASSISTÊNCIA SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE.....	17
	2.1 O que são direitos sociais em uma sociedade capitalista?.....	18
	2.2 A Assistência Social no Brasil e a dificuldade de sua apreensão como direito (polêmicas e perspectivas).....	30
	2.3 Assistência Social no Brasil – um panorama atual.....	38
3	DEMANDAS E NECESSIDADES SOCIAIS: um debate constituinte à Assistência Social como direito.....	45
	3.1 Necessidades sociais e humanas: conceitos em disputa.....	45
	3.2 As necessidades sociais e a Política Nacional de Assistência Social.....	48
4	INSTRUMENTALIDADE: INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DO SUAS.....	56
	4.1 Considerações sobre a instrumentalidade no Serviço Social .....	60
	4.2 Instrumentos e técnicas do exercício profissional do Serviço Social.....	66
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	76
	REFERÊNCIAS .....	80

## LISTA DE SIGLAS

BC – Banco Central

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social

CIB – Comissão Intergestora Bipartite

CIT – Comissão Intergestora Tripartite

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

DSS – Departamento de Serviço Social

FMI – Fundo Monetário Internacional

FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior  
Brasileiras

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LOA – Lei Orçamentária Anual

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

NESSOP – Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular

NOB – Norma Operacional Básica

ONU – Organização das Nações Unidas

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PT – Partido dos Trabalhadores

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

## 1 INTRODUÇÃO

A ideia desse estudo surgiu a partir da experiência vivenciada no período do Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social entre 2016 e 2017, realizada no Projeto de Extensão "Supervisão Profissional ao trabalho dos/das Assistentes Sociais que atuam no Sistema Único de Assistência Social – SC". Esse projeto, que teve duração entre o período de maio de 2016 a agosto de 2018<sup>1</sup>, vinculou-se ao Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular (NESSOP), pertencente ao Departamento de Serviço Social (DSS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e, foi coordenado pela Professora Dra. Maria Regina de Ávila Moreira.

Destaca-se que a UFSC, por se tratar de uma instituição pública, tem por função social, entre outros, o de prestar serviços à sociedade, no âmbito da produção e difusão do conhecimento e do fortalecimento da democracia. Dentre suas finalidades, apresentam-se as atividades de Extensão Universitária, que surgiram no Brasil no início do século XX, concomitante a criação do ensino superior e foi estabelecida pela Lei nº 5.540/1968 da Reforma Universitária, que prevê no Artigo nº 20 que “[...] as universidades e as instituições de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes” (BRASIL, 1968).

No ano de 1999 foi publicado o Plano Nacional de Extensão Universitária e a partir disso a questão da extensão foi amplamente discutida pelo Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX). Diante de tais discussões, em 2012 foi criada a Política Nacional de Extensão Universitária.

A extensão universitária é definida como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa, de uma forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. Neste sentido, a extensão leva para a comunidade externa o conhecimento produzido dentro da universidade. A sociedade o absorve, trabalha, critica e o devolve sob a forma de novos saberes e demandas. Assim, a universidade, através da extensão vai trabalhando as necessidades e realidades da sociedade e, além de gerar o novo conhecimento, vai atendendo as suas reivindicações. As formas de extensão universitária envolvem desde palestras, cursos e eventos variados, passando por consultorias e prestação de serviços e até os projetos de desenvolvimento comunitário onde, através de ações contínuas, a universidade contribui para a mudança positiva de uma dada realidade (UFSC, 2016).

---

<sup>1</sup> Em que pese a duração do estágio obrigatório permaneci no Projeto até 2018 pelo compromisso assumido e investigação definida no âmbito da Orientação de TCC.

Desse modo, o NESSOP é subsidiado pela Política de Extensão Universitária, Política de Ensino Superior, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sendo também norteado pelo Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social e pelo Projeto Ético-Político da profissão. O núcleo compreende que a extensão universitária é parte de um compromisso da universidade com as demandas da sociedade e dessa forma, realiza suas ações por meio de formações políticas e assessoria a movimentos sociais, buscando fortalecer os processos organizativos das organizações populares e movimentos sociais comprometidos com a democracia e a participação social. Assim, as organizações e movimentos atendidos pelo NESSOP se ligam a diferentes áreas relacionadas às políticas públicas na intenção de contribuir com a efetivação, garantia e expansão de direitos.

Por conseguinte, o projeto "Supervisão Profissional ao trabalho dos/das Assistentes Sociais que atuam no Sistema Único de Assistência Social – SC" se efetivou em parceria com o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS/SC) e teve como objetivos subsidiar tecnicamente o exercício profissional dos/das Assistentes Sociais que atuam no âmbito do SUAS de Santa Catarina; aprofundar as estratégias ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas que venham qualificar a intervenção profissional no âmbito da política de Assistência Social e contribuir para fortalecer a técnica de supervisão institucional como uma metodologia de extensão e educação permanente em Serviço Social (MOREIRA; SANTOS, 2016). Neste sentido, é importante demonstrar o conceito de supervisão defendido por Guerra e Braga (2009):

[...] a concepção de supervisão como uma atribuição profissional que se localiza no âmbito da formação graduada e permanente para a qualificação dos serviços prestados à sociedade, direcionada para a realização dos objetivos, valores, princípios e direção social estratégica do projeto ético-político profissional com vistas à emancipação social (GUERRA; BRAGA, 2009, p.3),

A supervisão deve ser entendida como essencial tanto para a formação acadêmica como para a educação permanente, a fim de promover por meio do estímulo, da provocação, do acompanhamento e das contribuições, a qualificação do fazer profissional estimulando os sujeitos partícipes a apreensão e interpretação dos fenômenos trabalhados, identificando suas contradições e influências conjunturais com a finalidade de buscar o modo mais qualificado de operacionalizar a intervenção profissional (GUERRA; BRAGA, 2009).

O projeto buscou efetivar a Supervisão Profissional sob as bases do Projeto Ético-Político do Serviço Social e ir além das respostas prontas e dos manuais cotidianos, a partir de reflexões e debates acerca de elementos relevantes buscando abstraí-los e problematizá-los em busca da contribuição ao processo de qualificação profissional.

Sua implementação se deu a partir da realização de “Oficinas de Supervisão Profissional” que se constituiu em encontros quinzenais onde temáticas previamente planejadas entre a equipe geral do projeto (professoras e estagiárias), eram discutidas a partir de debates conduzidos pela professora Dra. Maria Regina de Ávila Moreira e mediados pela professora Maria Teresa dos Santos, ambas do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

As Oficinas de Supervisão Profissional foram divulgadas pelo CRESS/SC para o conjunto de Assistentes Sociais de Santa Catarina. Inicialmente, para o grupo piloto foram disponibilizadas vinte e cinco vagas. Inscreveram-se cerca de oitenta profissionais. As vagas foram ocupadas por ordem de inscrição por técnicas atuantes nos mais diversos serviços dos equipamentos do SUAS/SC, incluindo organizações não governamentais, oriundas dos municípios de Balneário Camboriú, Brusque, Canelinha, Palhoça, Içara, Bombinhas, São José e Florianópolis. Destaca-se que a devido ao critério de ocupação das vagas, foram selecionadas somente mulheres<sup>2</sup>. Apesar da divulgação ter compreendido a totalidade das/dos Assistentes Sociais com registro no CRESS/SC, foram poucos os homens que buscaram a participação no projeto, não estando nenhum deles entre as 25 primeiras inscritas.

A adesão das Assistentes Sociais ao projeto se deu de maneira autônoma, sem vinculações com gestões da política, a fim de garantir a participação crítica e autônoma de seus componentes, diferente da supervisão prevista na Resolução nº 6, de 13 de abril de 2016, onde o Conselho Nacional de Assistência Social estabelece a supervisão técnica no âmbito do SUAS, em consonância com as Normas Operacionais Básicas (NOBs) da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), imprimindo à essa atividade um caráter tecnicista e interdisciplinar, na lógica das capacitações e manuais que não permite o aprofundamento teórico-crítico de algumas questões relevantes ao exercício profissional.

Caracterizado como projeto piloto, foram realizadas oito “Oficinas de Supervisão Profissional” no período de setembro de 2016 a maio de 2017. As temáticas de debate em cada encontro se deram a partir de três eixos: a contextualização acerca da Assistência Social, bem como sua reflexão enquanto direito; a discussão sobre as necessidades sociais e demandas apresentadas ao cotidiano do exercício profissional; e a problematização da instrumentalidade do Serviço Social. O projeto teve continuidade com mais dois módulos de oficinas até o final de agosto de 2018.

---

<sup>2</sup> Esse trabalho se desenvolve a partir da experiência em um grupo composto apenas por mulheres e, portanto, os pronomes de tratamento aqui utilizados, inclusive no título, serão femininos.

Esse trabalho aflora da análise das “Oficinas de Supervisão Profissional” e busca compreender os desafios postos ao exercício profissional das assistentes sociais que atuam no SUAS/SC, a partir desses três eixos de debates realizados com o grupo piloto.

Para tanto, o processo de investigação baseou-se na abordagem de pesquisa qualitativo que de acordo com Minayo (2009), busca trabalhar o conjunto de fenômenos humanos como os significados, as aspirações, as crenças, os valores e as atitudes, que são entendidos como parte da realidade social, buscando a interpretação de fatos e informações que auxiliem a compreensão do problema proposto. Constituem-se como objeto de análise os áudios produzidos nas Oficinas de Supervisão Profissional. Cada encontro teve a duração de aproximadamente quatro horas e foram gravados e relatados de acordo com a autorização das participantes expressas no “Termo de Autorização de Uso de Imagem e Áudio Adulto”, que expressa a concordância de que o material gravado, filmado ou escrito seja destinado à divulgação ao público em geral, estudo ou pesquisa.

Todos os encontros foram transcritos, sem ainda a devida edição dos depoimentos e debates, tendo em vista a grande quantidade de material e mesmo a dificuldade em recortar falas, o que exigiria tempo não disponível para a elaboração do TCC. Assim, as análises se debruçam sobre as sínteses do conteúdo das discussões realizadas pelo grupo piloto, que constituiu o primeiro módulo das oficinas, tanto por meio de sistematização que foi realizada ao final de cada encontro sobre os conteúdos debatidos, como das anotações e observações da pesquisadora durante o processo de realização das oficinas. Ressalta-se que o material obtido está em poder do NESSOP, podendo ser trabalhado futuramente como objeto de análise para outras pesquisas.

As falas<sup>3</sup> foram tratadas utilizando-se do método de interpretação de sentidos, fundamentados na hermenêutica dialética, que visa interpretar o contexto, as motivações e as lógicas que permeiam as falas, as práticas e inter-relações entre grupos e instituições (MINAYO, 2003). Assim o caminho percorrido para análise e interpretação dos dados, compreendeu as seguintes etapas: (a) leitura compreensiva de todos os áudios transcritos das oficinas, buscando a visão de conjunto e compreensão das singularidades; (b) identificação e recorte temático dos depoimentos sobre as seguintes questões: o debate acerca da Assistência Social e sua apreensão como um direito; as necessidades sociais e as demandas apresentadas

---

<sup>3</sup> Utiliza-se ao longo desse trabalho a terminologia ‘falas’ para melhor entendimento do leitor, embora as análises compreendam o conjunto dos conteúdos produzido pelo grupo piloto das “Oficinas de Supervisão Profissional”.

no cotidiano do exercício profissional; a imediaticidade da prática profissional, instrumentalidade do Serviço Social e técnicas de intervenção; (c) problematização das ideias, noções e crenças explícitas e implícitas no material empírico; (d) interpretação dos contextos socioculturais à luz das motivações e explicações dos debates pesquisados e; (e) estabelecimento de diálogo entre as informações de outros estudos acerca do tema e o referencial teórico que subsidia esta pesquisa.

A escolha da hermenêutica dialética enquanto metodologia de pesquisa, de acordo com Minayo (2003), visa transcender os aspectos apenas procedimentais ligados às técnicas usuais em pesquisa qualitativa, como a análise de conteúdo e a análise de discurso, propondo um caminho do pensamento para além de um "mecanismo" metodológico não reflexivo. Nesse sentido, as análises aqui apresentadas buscam expressar o conteúdo de discussão do grupo como um todo, acerca das temáticas propostas. Portanto, não identificam diretamente nenhuma participante.

Para além de tais indicações, fundamentalmente esse trabalho busca apresentar reflexões que possibilitem a construção de mediações que possam repercutir sobre os cotidianos do exercício profissional das Assistentes Sociais, principalmente em tempos de desmontes e ataques as políticas sociais, onde os desafios aparecem ainda mais intensificados, de modo a contribuir para a atuação voltada ao projeto ético-político profissional, colaborando com a qualificação da inserção do Serviço Social no campo da Assistência Social.



## **2 ASSISTÊNCIA SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE.**

O capítulo apresenta reflexões acerca da Assistência Social no âmbito da garantia dos direitos sociais. Como já sinalizado na Introdução, emerge da análise e sistematização dos debates realizados nas “Oficinas de Supervisão Profissional”, com as assistentes sociais participantes do Projeto de Extensão intitulado “Supervisão Profissional às assistentes sociais que atuam no SUAS/SC”, que são protagonistas e contribuem com relevância à discussão proposta neste trabalho. Durante os encontros do projeto, a concepção acerca desta política como direito foi um ponto que chamou atenção, pela dificuldade e/ ou limitação inicial nessa definição.

Assim, a primeira discussão provocada nas oficinas cerceou a respeito da percepção da Assistência Social enquanto um direito, por parte das profissionais participantes do Projeto. Percebeu-se que em certa medida, as profissionais fundamentam não só a Assistência Social enquanto uma política de direito, como também os direitos sociais com base na consagração destes em marcos legais, ou seja, os direitos são percebidos enquanto – direitos – porque são garantidos e legitimados em normativas e marcos jurídico-legais, principalmente na Constituição Federal de 1988.

Tal centralidade não revela de imediato o processo e tampouco a direção que a profissão construiu em torno do significado da luta pelos direitos no Brasil e mesmo da Assistência Social nessa perspectiva. Embora o posicionamento sobre esse tema não demonstre toda a densidade deste debate, é revelador o fato de que, em um grupo onde as participantes se propuseram a aprofundar essas questões, a centralidade da concepção da Assistência Social enquanto um direito social tenha sido quase que exclusivamente autoexplicativa. Tal fato nos convoca ao aprofundamento dessa discussão, buscando explicações para as fundamentações acerca da Assistência Social, em seu conceito amplo e político, bem como a relação desse debate com os desafios que se colocam ao exercício profissional no âmbito do SUAS.

Tal constatação não diminui ou desqualifica a importância da sua consagração enquanto marco legal, até porque foi resultado de um processo de lutas no contexto da redemocratização da sociedade brasileira, impulsionando o avanço do que significa esse reconhecimento legal.

No entanto, o que chama a atenção ao pensarmos a formação profissional, é a percepção de que nos debates desenvolvidos nas Oficinas de Supervisão Profissional, num

primeiro momento, identificou-se que a categoria não encontra diferença entre defender os direitos em uma perspectiva liberal e defender os direitos numa perspectiva de rompimento com o capitalismo. A normatização dos direitos sociais, ainda que sob contexto de contenção da classe trabalhadora e de manutenção da força de trabalho, é essencial para sua efetivação e, é a partir disso que as profissões conceituam esses direitos. Sendo assim, não estão reveladas nas falas as mediações entre a emergência das políticas sociais no contexto do capitalismo, qual a relação com o debate dos direitos, as particularidades da formação socioeconômica brasileira, da burguesia e da classe trabalhadora, a conjuntura, o papel dos movimentos sociais, entre outros aspectos importantes para o aprofundamento dessa discussão.

Apesar de estarem inseridos nas prerrogativas das leis, os direitos na sociedade capitalista são seletivos, fragmentados e excludentes e sua explicação com base somente nas legislações, sem considerar sua finalidade política, torna-se insuficiente, posto que os fundamentos desse debate apontam e definem as estratégias e táticas de intervenção profissional.

Dessa forma, optou-se por levantar elementos desse processo de debates e aprendizados na busca de estabelecer diálogo entre a contextualização histórica e a trajetória dos direitos sociais e da política referida, bem como sua relação com o sistema capitalista, a fim de fomentar a reflexão sobre as fragilidades conceituais que permeiam as explicações das políticas e direitos sociais para além dos marcos legais. Além disso, ainda que no processo de formação profissional tais conteúdos sejam trabalhados, parece que o acúmulo não repercute mecânica e automaticamente nas ações e elaborações no exercício profissional. Cabe-nos, portanto, avaliar se esse é mesmo o processo, se é possível indicar elementos para agregar à formação profissional e a importância e lugar da formação continuada.

## **2.1 O que são direitos sociais em uma sociedade capitalista?**

De acordo com Couto (2006), os direitos civis e políticos começam a ser defendidos a partir dos séculos XVII e XVIII, na luta contra o absolutismo caracterizado pelo poder do rei e da igreja católica. Nesse período, as ideias liberais que previam a garantia das liberdades individuais como limite do poder do Estado, passaram a ser difundidas na Inglaterra se consolidando com a Revolução Gloriosa de 1688<sup>4</sup>, que impunha limites ao poder real, atribuía

---

<sup>4</sup> O século XVII na Inglaterra foi marcado pela relação antagonista entre a Coroa e o Parlamento, que defendiam o absolutismo, e a burguesia que defendia o liberalismo econômico. Em 1680 o parlamento britânico se dividiu

ao parlamento formado pela burguesia as competências de legislar e de criar tributos, além de propor a separação dos poderes. Pela primeira vez o absolutismo era derrotado desde o início da idade moderna.

O pensamento liberal conforme Rouanet (1993) sintetiza e se fundamenta no universalismo que considera a natureza humana de forma igualitária – “*todos em princípio tinham os mesmos talentos e a mesma capacidade de progredir independentemente de sexo ou raça*” (p.19). Entretanto, com a disseminação de algumas teorias evolucionistas que confirmavam a superioridade de um povo sobre outro, acabou por se criar a hierarquização entre os povos, reduzindo a universalidade do pensamento liberal ao ideal individualista que praticamente limitava aos nobres e burgueses a possibilidade de desenvolvimento.

Sob esse aspecto, Couto (2006), indica que para a compreensão do ideário liberal, dois conceitos são centrais: a *autonomia*, que significa a liberdade de coerção e a *liberdade*, que segundo a autora, se polariza entre a *liberdade negativa*, que diz respeito a não interferência nas escolhas individuais e a *liberdade positiva* que pressupõe a decisão com autonomia e, a partir disto, a participação nas decisões políticas.

A democracia nesse contexto era inserida gradativamente, de modo a proteger as decisões de uma pretensa “tirania” da vontade geral. Aqui, torna-se importante destacar que a liberdade e a autonomia defendida pelos liberais eram exclusivas à burguesia, pois se entendia que os trabalhadores (proletariado) viviam sob uma condição de subordinação aos seus empregadores, que limitavam sua capacidade de discernimento, devendo assim, serem impedidos de usufruírem de direitos civis e políticos. Como a autora afirma, “*É importante salientar que os liberais clássicos defendem que os direitos devem ser exercidos somente pelos cidadãos livres e autônomos, não por aqueles que vivem da venda de sua força de trabalho, não podendo, portanto, requerer esses direitos*” (COUTO, 2006, p. 43).

Neste sentido, Tonet (2012), destaca que as primeiras noções sobre os direitos não derivam de uma análise ampla da sociedade, mas de um processo de luta da burguesia em oposição ao sistema feudal. O autor considera que na perspectiva liberal, os direitos deveriam ser fundados sob as leis, estabelecendo uma sociedade jurídica e também politicamente organizada, conforme se destaca no trecho a seguir:

---

entre dois partidos: os *Tories* (conservadores) e os *Whigs* (liberais). Os abusos reais comandados por Jaime II suscitaram a união entre os partidos que se aliaram com Guilherme de Orange, Chefe de Estado da Holanda, que organizaram uma conspiração contra o monarca. Em 1688, Orange apontou sobre o país com a força do exército que depôs Jaime II conquistando a Coroa e o Parlamento. A Revolução Gloriosa, como ficou conhecida, assinalou então o triunfo do liberalismo sobre o absolutismo (MELLO, 1993).

Política e direito não só teriam fundado e continuariam a fundar a sociedade, mas ainda teriam, hoje, a atribuição de controlar a dinâmica do capital, buscando impor-lhes limites e orientá-la no sentido do interesse comum. O que significaria que seriam também essas duas dimensões os carros chefes que conduziriam à construção de uma sociedade justa, igualitária e humana (TONET, 2012, p. 64).

Em 1789, a Revolução Francesa redimensionou os ideais liberais a partir dos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade como direção de vida e de sociedade, além de defenderem o poder legislativo como principal, limitando tanto a atuação do poder executivo quanto do poder judiciário.

Do processo da Revolução Francesa, resultou a Assembleia Nacional Constituinte, onde foi elaborada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que garantia a forma de universalizar os direitos à liberdade, propriedade, segurança e resistência à opressão (COUTO, 2006).

É importante ressaltar que pouco antes, em 1760, a partir da transição do modo de produção capitalista, até então calcado na manufatura artesanal, para a produção com máquinas, eclodiu também na Inglaterra, a Revolução Industrial, colocando em evidência a exploração da classe operária pelos detentores dos meios de produção, tornando visível a *questão social*<sup>5</sup> e suas expressões que fazem parte do conjunto das desigualdades sociais, como o pauperismo e o adoecimento decorrente da exploração do trabalho a partir das exaustivas jornadas, da remuneração irrisória, das condições precárias e insalubres dos locais de trabalho e da total destituição dos direitos desta população. A classe trabalhadora começou então a se ver como explorada e iniciou movimentos para o reconhecimento de seus direitos.

Estes dois acontecimentos, a Revolução Industrial (1760) e a Revolução Francesa (1789) são basilares para a disseminação e o questionamento dos ideais liberais nos demais países capitalistas, conforme destaca:

Dois grandes acontecimentos mundiais conformaram a pedra angular da defesa das ideias liberais e de questionamento. São eles a Revolução Industrial (1760) e a Revolução Francesa (1789). A Revolução Industrial, de colocar em cena uma nova classe, a operária, que ao ver explorada a sua capacidade de trabalho, iniciou um movimento para reconhecer seu direito a ter direitos. A Revolução Francesa, ao destacar os direitos da burguesia em ascensão de se rebelar contra o poder do déspota, de criar condições para que os direitos humanos fossem defendidos individualmente, garantindo a uma parcela da população o direito de escolher como viveria (COUTO, 2006, p.43).

---

<sup>5</sup> Para conceituação da *questão social*, utiliza-se aqui o referencial teórico compreendido por Imamoto: “O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (1998, p.27).

É a partir desses acontecimentos que os direitos começam a ter legitimidade serem reconhecidos perante a sociedade, principalmente quando passam a fazer parte de marcos legais como o caso da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, decorrente do processo da Revolução Francesa e dos demais marcos que veremos a seguir. Sobre esse aspecto, cabe a reflexão de que até os dias de hoje, a garantia e a ampliação de direitos se dá em decorrência de um grande processo de luta da população diretamente atingida pelas expressões da questão social: a classe trabalhadora.

A contradição entre o progresso do sistema capitalista ocasionado pela Revolução Industrial e o agravamento da exploração da classe operária se tornou ainda mais latente no início do século XX, período onde o modo de produção capitalista passa por mais uma transição, agora do modelo concorrencial para o monopolista, especificamente após a Primeira Guerra Mundial (1914), período que se evidenciou a união entre o poder dos monopólios e do Estado em busca da preservação dos lucros da burguesia, produto da extração da força de trabalho.

A necessidade do reerguimento dos países capitalistas deu início a um período conhecido como a “grande depressão” onde o sistema vivenciou sua primeira grande crise econômica (1929), que persistiu até a Segunda Guerra Mundial (1940).

Behring (2007) compreende que a partir da crise de 1929 emerge a pressão do movimento operário ocasionada pelas inseguranças relativas ao trabalho. Havia a necessidade urgente da superação dos recursos de caridade e benesse, e os trabalhadores impuseram o “*princípio da seguridade social, a partir do qual os assalariados deveriam ter cobertura contra toda perda de salário corrente*” (p.167), iniciando a instituição dos direitos sociais.

Após a crise de 1929, para a contenção da efervescência dos movimentos operários, as ideias do economista britânico John Maynard Keynes, que buscavam “*gerar pleno emprego, criar políticas e serviços sociais tendo em vista a criação de demanda e ampliação do mercado de consumo*” (YAZBEK, 2008, p. 08), começaram a se disseminar, dando início às políticas de bem-estar social. Nesse contexto Behring (2007), destaca:

Keynes sistematizou em sua Teoria Geral, publicado pela primeira vez em 1936, uma ruptura substantiva com a ortodoxia liberal, justificando a intervenção estatal para conter a queda da demanda efetiva – ausência de meios de pagamentos no mercado que tem sua origem nos movimentos especulativos dos empresários quando são tomados pelo pessimismo em relação à eficiência marginal do capital, e que geram desequilíbrio, instabilidade, crise (p.165).

As ideias de Keynes buscavam a articulação entre o favorecimento da economia, a ampliação dos direitos da classe operária como justiça social e a liberdade econômica. Os

princípios keynesianos, conforme Couto (2006) indicavam uma perspectiva *'liberal socialista'*:

Keynes propõe que o Estado tenha um papel ativo não só na economia como em programas sociais, buscando incidir na grave crise que a sociedade enfrentava, estabelecendo com esta proposta, relação com as ideias defendidas pelos socialistas (COUTO, 2006, p. 45).

Apesar das propostas de Keynes convergirem em certa medida com uma perspectiva socialista, ainda que de maneira um tanto utópica, onde se reivindicavam melhorias das condições de vida dos trabalhadores, direitos sociais, entre outras pautas, não havia um caráter revolucionário que buscasse de fato a superação do sistema capitalista, ao contrário, contribuíam para sua manutenção. Neste sentido, Behring (2007), avalia que essas não foram eficientes para contenção da crise, tão pouco apontavam a perspectiva de uma mudança na distribuição da riqueza socialmente produzida.

Outro elemento que é importante ser colocado no âmbito criação das políticas de bem-estar social é o Plano Beveridge (1942) que, conforme Yazbek (2008) serviu como base para a criação dos modelos de proteção social britânico e outros países europeus. Nesse sistema, a seguridade social era entendida como um conjunto de programas que focalizavam a proteção à saúde, ao desemprego, à perda do arrimo de família, à proteção da pessoa idosa, dependência por deficiências, acidentes ou ocasionamentos sociais.

Para Behring (2007), a política keynesiana apenas amorteceu os efeitos da crise por meio de artifícios que planejaram a economia, interviram na relação entre capital e trabalho, criaram mecanismos de renúncia fiscal e ofertas de créditos vinculadas à políticas de juros. Além disso, o sistema de seguridade social que se apresenta como embrionário às políticas sociais exigia a contribuição tripartite (Estado, meio de produção e trabalhador) ao invés de serem financiados pelo imposto progressivo sobre o lucro, de forma que os trabalhadores acabavam por sofrer maiores taxações do que a burguesia.

É neste contexto de expansão dos ideais liberais e de reordenamento pós-guerra que surgem as primeiras concepções acerca do direito social. Couto (2006) indica que dois documentos foram centrais no processo de elaboração da garantia legal dos direitos. São eles a já referida Declaração dos direitos do Homem e do Cidadão pela Constituinte Francesa em 1789 e com quase dois séculos de diferença, a Declaração Universal dos direitos Humanos, construída pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, onde os direitos sociais foram reconhecidos, junto com os direitos civis e políticos no bojo dos direitos humanos, conforme apontamento de Teles (1999):

[...] direito ao trabalho, direito ao salário igual por trabalho igual, direito à previdência social em caso de doença, velhice, morte do arrimo de família e desemprego involuntário, direito a uma renda condizente com uma vida digna, direito ao repouso e ao lazer (aí incluindo o direito a férias remuneradas) e o direito à educação (p.173).

É importante pontuar que o intervalo que se deu entre os dois documentos foi marcado pela organização e o crescimento dos movimentos sociais e pela elaboração de princípios constitucionais em vários países, o que deu maior dinamicidade ao campo dos direitos.

Os direitos sociais foram incorporados majoritariamente no decorrer do século XX, a partir das constituições e, sobretudo após a 2ª Guerra Mundial (1940), pela maioria dos países capitalistas ocidentais. É importante destacar que no início do século XX o modo de produção capitalista, até então concorrencial estava em transição para o monopolista. Nesse processo, o Estado atuou como agente facilitador, desenvolvendo políticas públicas que auxiliassem o desenvolvimento dos monopólios capitalistas. Cabe ressaltar também, que tais políticas foram subsidiadas a partir da extração da mais-valia sobre a força de trabalho da classe trabalhadora. De acordo com Behring (2007), a consolidação destes direitos se dá em um período onde o desemprego estrutural se aprofunda e se evidencia a necessidade dos programas sociais.

A partir dos anos de 1970, conforme Yazbek (2008), a viabilidade econômica do Estado de bem-estar social passa a ser questionada em decorrência da reestruturação do processo de acumulação do capital, que apresenta mudanças na configuração das relações de trabalho, direitos e proteção social. Tais mudanças culminaram na eliminação de muitos postos de trabalho, conforme destaca a autora:

Essas mudanças vêm sendo implementadas por meio de uma reversão política conservadora, assentada no ideário neoliberal que erodiu as bases dos sistemas de proteção social e redirecionou as intervenções do Estado no âmbito da produção e distribuição da riqueza social (YAZBEK, 2008, p.09).

As mudanças apontadas pela autora apresentam políticas de inserção focalizadas a extrema pobreza em detrimento das políticas universais e propostas reducionistas no âmbito dos direitos sociais.

É necessário que se compreenda que os direitos sociais são produtos do modo de produção capitalista e buscam demonstrar a viabilidade deste sistema. Materializam as exigências postas na relação entre capital e trabalho, demonstrando certa preocupação com os direitos humanos, a partir da ampliação da densidade das políticas sociais, fortalecendo a perspectiva de democracia como solução da questão social. Assim, atuando como instrumentos de gestão estatal da força de trabalho, fazem parte do contexto estrutural e conjuntural das transformações sociais do capitalismo, no interior da relação entre Estado e

acumulação do capital, tendo sua efetividade e potencial emancipatório sujeitos às correlações de forças que integram a sociedade (CAMPOS, 2010).

Como bem sintetiza Tonet (2012), “[...] vale dizer, o direito regula a atividade social no interior de uma sociabilidade fundada na desigualdade social, sem em nenhum momento atingir a raiz dessa desigualdade” (p.65).

No Brasil, essa concepção foi adotada tardiamente, somente na Constituição Federal de 1988, que conforme Telles (1999), “[...] foi celebrada (e hoje é contestada) como referência fundadora de uma modernidade democrática que prometia enterrar de vez os 20 anos dos governos militares<sup>6</sup>” (p.173).

Mioto e Nogueira (2013) apontam que o final do período ditatorial (1964-1985) e o reestabelecimento da democracia no país foi marcado pela efervescência dos movimentos e lutas sociais com o intuito de garantir e consolidar direitos que se vislumbram na Constituição Federal de 1988, onde se têm uma ampliação das políticas públicas, principalmente ao que tange ao "tripé" da Seguridade Social, formado pelas políticas de Assistência Social, Saúde e Previdência Social, destacando-se o caráter universal e a responsabilização do Estado por parte das Políticas de Saúde e Assistência Social. Os direitos sociais apresentam o reconhecimento das desigualdades sociais administradas pelo sistema capitalista, em seus princípios, ensaiam a igualdade de acesso a bens socialmente produzidos e se expressam atualmente por meio do direito à educação, à saúde, ao trabalho, à assistência e à previdência, materializados via políticas públicas executadas pelo Estado (COUTO, 2006). Para melhor elucidação, Campos (2010) destaca:

Se têm a garantia de um mínimo (deixando o restante para o mercado), instrumentalizado na base do individualismo (sujeito de direito), da universalidade (igualdade perante a lei) da livre escolha do indivíduo, da institucionalização dos conflitos e da cobertura dos riscos sociais, riscos estes advindos de uma economia de mercado (p.196).

---

<sup>6</sup> Os 21 anos de governo militar no Brasil tiveram início com o golpe militar de 31 de Março de 1964, quando o então Presidente da República João Goulart foi afastado por conta de uma suposta ameaça comunista, tomando o poder o Marechal Castelo Branco. Este golpe de Estado instituiu no país uma ditadura militar que durou até 1985, com a eleição do Presidente Tancredo Neves. Este período foi caracterizados pela prática de vários Atos Institucionais que legitimavam a censura, a perseguição política, a supressão dos direitos constitucionais e a repressão aos que eram contrários ao regime militar, demonstrando a total ausência de democracia (FAUSTO, 1995). É importante salientar que os anos de governo militar no Brasil se deram em um contexto de alteração na divisão internacional capitalista do trabalho, onde os países imperialistas patrocinavam uma ‘contrarrevolução’ que garantisse a preservação do modo de produção, com escala mundial, tendo grande impacto principalmente nos países considerados subdesenvolvidos, como era o caso do Brasil (NETTO, 1991).



As ideias desenvolvidas por Tonet (2012) elucidam de forma breve a interpretação de Marx acerca surgimento dos direitos. Na análise marxista, os interesses coletivos são representados por uma força social apropriada por determinados grupos e posta a serviço da reprodução de uma forma social cujo núcleo é o Estado e seu aparato jurídico, político, ideológico e administrativo, na qual os interesses desses grupos são predominantes.

O percurso do surgimento e da consolidação dos direitos sociais é orientado pela relação dialética entre Estado, meios de produção e trabalhadores, que busca um equilíbrio mínimo entre os interesses que se atrelam as instituições e políticas que permeiam a sociedade, isto é, os direitos resultam das necessidades, da organização e das reivindicações dos trabalhadores, que em uma perspectiva de contenção, passam a ser incorporadas, ainda que parcialmente, pelo Estado na sociabilidade capitalista.

Historicamente, os direitos sociais surgem a partir de lutas sociais e de fato possuem certa garantia diante da criação de dispositivos legais que os regulamentaram. Entretanto, torna-se necessário um aprofundamento conceitual para que se revele a densidade desse debate. Os marcos legais não refletem uma unanimidade, expressam disputas, contradições, interesses antagônicos e as correlações de forças presentes na sociedade. Portanto, são produtos das lutas sociais e também expressam os interesses hegemônicos indispensáveis para a manutenção do sistema capitalista. Neste sentido, observa-se que a discussão na categoria profissional não abarca de forma ampliada as limitações, possibilidades e potencialidades da Assistência Social no âmbito dos direitos sociais no Brasil. Ou seja, há muito conteúdo sócio histórico e econômico a ser aprofundado nessa assertiva para que de fato a apreensão desse debate seja incorporado e resulte em um processo de trabalho que tenha horizontes estratégicos.

Diante tais aspectos, a reflexão acerca dos direitos sociais foi aprofundada nos debates com as profissionais. A partir da troca de ideias e reflexões sobre os conteúdos dos fundamentos dos direitos na sociedade capitalista, o grupo participante das “Oficinas de Supervisão Profissional”, chegou à compreensão dos direitos a partir de seus intensos de intensos processos de luta. Levou-se em consideração o fato de que os direitos sociais se desenvolvem e possuem perspectivas distintas de acordo com a formação sócio histórica de cada país. Sob este aspecto, as análises acerca do tema devem compreender que no Brasil, o surgimento dos direitos sociais e principalmente da Assistência Social, se explicam a partir do profundo agravamento da desigualdade social. Conforme sinaliza Pereira (1996), usada como

base teórica<sup>7</sup> para as reflexões, os direitos sociais são usados como mecanismo de mediação entre os interesses antagônicos, eliminação ou prevenção de focos de pobreza, o que por muitas vezes pressupõe seu uso de forma mecanizada e emergencial, que acabam por, ao invés de superar, contribuir com a desigualdade social.

Neste sentido, as diferentes concepções e conceituações acerca dos direitos sociais foram condensadas nas discussões que problematizaram. Com base ainda em Pereira (1996), elementos como a distorção histórica do significado dos direitos sociais e a conotação pejorativa que a sociedade atribui ao adjetivo “social”, contribuem para o constrangimento dos sujeitos de direitos a partir do estigma que lhes confere. Dentro dessa discussão, também foi levantado que os acessos a esses direitos são restritos à condicionantes, que expressam de certo modo a moralização da vida dos sujeitos. Nesta acepção, ao falar sobre os direitos deve-se levar em conta a necessidade de uma série de mediações para explicá-los no contexto em que vivemos.

No processo de reflexões propiciado pelos debates, as profissionais compreenderam que apesar de sua contextualização e de seus condicionantes, os direitos e políticas sociais podem e devem ser vistos como instrumentos estratégicos. Isso, se materializados de forma articulada, de modo a auxiliar a população na busca de sua emancipação, no sentido de contribuir para o desenvolvimento de suas potencialidades, possibilidades e autonomia. Esta perspectiva possibilita a liberdade de acesso, a partir da politização e do reconhecimento da classe trabalhadora enquanto sujeitos de direitos, de forma a fortalecer a construção da consciência crítica dos usuários. Entretanto, é necessário compreender que apesar do caráter estratégico, os direitos sociais por si só não significam o fim da exploração do trabalho dentro da sociedade capitalista.

Uma das características colocadas para a defesa da Assistência Social para além do direito normativo foi justamente a da possibilidade de potencializar a emancipação dos sujeitos. Em um dos encontros das “Oficinas de Supervisão Profissional”, as profissionais foram questionadas sobre qual era o entendimento sobre a emancipação por via da Política de Assistência Social.

---

<sup>7</sup> Compreende-se que existem distintas concepções da assistência social enquanto um direito. No entanto, opta-se por trazer como referência central à essa discussão a autora Potyara Amazoneida P. Pereira, por ser a referência utilizada nas discussões acerca dessa temática nas “Oficinas de Supervisão Profissional”. Dessa forma, recomenda-se a leitura da obra “ASSISTÊNCIA SOCIAL: POLÊMICAS E PERSPECTIVAS”, organizada pelo Núcleo de Seguridade e Assistência Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, de 1995, que retrata a concepção e divergência de diferentes autores do Serviço Social a respeito dessa temática.

Nas falas, inicialmente, a discussão se deu em torno do usuário. As profissionais apontaram que para elas, emancipação se remete à identificação de recursos do sujeito; rompimento das fragilidades econômicas e sociais; ao desenvolvimento de possibilidades; à independência; à liberdade de acesso independente da tutela do Estado; à politização dos sujeitos; ao conhecimento da realidade. A partir desses pontos de vista, as participantes foram provocadas a explicar como a Política de Assistência Social com seus vários condicionantes, auxilia na emancipação humana.

Diante disso, as profissionais se viram instigadas a compreender a emancipação de forma mais abrangente, entendendo que este também é um conceito em disputa e partindo do pressuposto que o processo de emancipação não ocorre de forma unilateral, nem de modo individualizado.

Para reflexão, se utilizou como referencial teórico de Marx (1991), onde o autor contrapõe o intelectual Bahuer, que escreveu sobre a importância dos judeus se emanciparem do Estado Cristão Alemão, dizendo que tal emancipação não aconteceria, pois, a proposta faria parte de um processo de *emancipação política* que era necessária, porém insuficiente para *emancipação humana*.

Nesse texto Marx (1991), também critica a concepção de direitos dentro da sociedade burguesa. Para ele, neste contexto, os direitos são egoístas e voltados para o interesse individual, dissociado da comunidade. Seguindo seu pensamento, se a desigualdade é explicada em primeira instância na organização econômica das relações sociais, ao não desafiar essa estrutura, qualquer direito já vem crivado e discriminado por esse viés. Adensa-se ao fato da luta por direitos atender, ainda que contraditoriamente, aos interesses hegemônicos pelo capital. Assim, o autor aponta que para a compreensão da emancipação nesse sentido, *“a crítica tem que indagar-se, além disso, outra coisa: de que espécie de emancipação se trata; quais as condições implícitas da emancipação que se postula”* (p.19).

No debate fomentado em uma das “Oficinas de Supervisão Profissional”, discutiu-se sobre o que seria essa *‘emancipação humana’* e o que seria a *‘emancipação política’* no sentido de pensar sobre quais as possibilidades de alcance de cada uma.

A emancipação política foi identificada como prioritária para o reconhecimento dos direitos. Concordando com proposto por Marx (1991), o grupo compreendeu que ainda que os direitos sociais, dentro de uma sociedade burguesa capitalista, possuam um caráter individualista, possuem também a possibilidade de politização dos sujeitos, que a partir de seu interesse privado, individual, podem compreender criticamente as demandas coletivas e então

caminhar para uma emancipação humana, que pressupõe o rompimento das contradições impostas nas relações capitalistas.

Para se pensar sobre emancipação é essencial que se pense em qual projeto societário ela deve estar colocada e, como os direitos e as políticas sociais podem contribuir para isso. A luta por direitos é a luta de determinados grupos por acesso a bens ou serviços, que quando não contemplados, causa um sentimento de usurpação. Entretanto, a luta por direitos não necessariamente questiona a ordem política e econômica em que se vive, pelo contrário, é perfeitamente cabível para a reprodução da sociedade.

A reflexão sobre as possíveis formas de emancipação necessita ter em vista que a centralidade da explicação das políticas sociais enquanto direito apoiada nas normativas e na institucionalidade se apoia historicamente nas formas de participação, no modo como conceito de democracia foi sendo incorporado no Brasil, bem como na desvinculação ou mesmo, podemos afirmar, despolitização dos direitos sociais. A formação sócio histórica do país, estruturada pela escravidão e exploração da classe trabalhadora faz com que as conquistas sociais sejam vistas como respostas institucionais e não como respostas às pressões e reivindicações das lutas sociais. Vivemos sobre uma *democracia representativa*<sup>8</sup>, resultado desse processo sócio histórico onde os espaços de participação popular não possuem a mesma importância e legitimidade dos espaços legislativos e judiciários, sendo o voto expressão máxima da participação da sociedade sobre as decisões públicas.

Sobre esse aspecto, um dos pontos levantados nos debates, foi que a defesa da emancipação política, tendo como uma das estratégias a luta por direitos e a particularidade da Assistência Social, dentro da ótica de um Estado capitalista, neoliberal, está relacionada ao rompimento com a tutela do Estado. Percebeu-se uma dificuldade de elaboração das profissionais quando se faz essa crítica. Diante disso, o grupo teceu algumas reflexões acerca de como compreendiam essa “tutela” por parte do Estado.

De acordo com as discussões, o grupo percebeu que essa tutela não deve estar condicionada a necessidade dos benefícios ofertados pela Política de Assistência Social por

---

<sup>8</sup> A conceituação de *democracia* aqui utilizada diz respeito à “*variedade de mecanismos políticos e processos de decisão em que predomina a expressão da soberania popular*” (AMARAL, 2001, p.29); Neste sentido, a conceituação de *democracia representativa*, conforme Amaral (2001), “*trata-se de governo do povo, mas de processo de exercício do governo ou de elaboração das leis, que o povo não participa, senão indiretamente*” (p.29). Complementando: “*A democracia representativa não é só uma forma de governo popular, mas tão somente um conjunto de procedimentos de controle sobre o governo, ou mera legitimação do poder, mediante processo eleitoral, mediatizado pelo poder econômico, pelo (abuso) do poder político e pela manipulação da vontade eleitoral pelos meios de comunicação, questões insolúveis na sociedade de massa*” (p.30).

parte dos usuários. Esta perspectiva reduz a política à concessão de benefícios, que por si só não alteram a condição de vida de quem deles necessitam, entretanto, são essenciais na vida da população que sofre diretamente os impactos das expressões da questão social. Neste sentido, o grupo entendeu que a partir de todas as possibilidades que apresentam a Assistência Social no âmbito dos direitos, o que se deve buscar inicialmente com a emancipação política é rompimento com a moralização da vida social por parte do Estado. Isto é, deve-se romper com a visão por parte do Estado pautada em pré-conceitos, que impõem uma série de determinantes e condicionantes e que em nome da justiça e dos direitos humanos acaba por cessar ou violar os direitos dos usuários.

Os debates que ocorreram à luz da obra “*A Questão Judaica*” (MARX, 1991), demonstraram que emancipação humana é uma concepção ampla, que está ligada ao rompimento com o sistema capitalista e toda sua estrutura de domínio a população. Contudo, para que se atinja essa emancipação, que apresentará outro projeto de sociedade, algumas etapas serão essenciais, como a emancipação política, que possibilitará o reconhecimento de seus direitos por parte da população, desenvolvendo uma consciência crítica que compreenda que as demandas são coletivas, por tanto o enfrentamento também deve ser coletivo.

A partir disso, o grupo colocou o limite dos direitos em relação à genericidade das lutas sociais. A reflexão apontou que os direitos colocados em lutas que não questionam necessariamente a ordem social, econômica e política vigente, vai ao encontro à perspectiva “egoísta” colocada por Marx (1991), no sentido de que tais direitos acabam sendo restritos e fragmentados. Neste sentido, a emancipação política deve ser compreendida como uma etapa fundamental neste processo, pois sem ela não haverá possibilidade de construção da consciência crítica dos sujeitos, da unidade e da organização para a emancipação humana sob a égide do capital. Além disso, a importância e o lugar estratégico que a emancipação política assume está também relacionado as particularidades sócio históricas do Brasil. Por isso, a luta por direitos por vezes assume o caráter anticapitalista, como é o caso da luta por Reforma Agrária, por exemplo.

A Assistência Social como política, encontra-se no âmbito dos direitos sociais, estando, portanto, no espectro da emancipação política. Todavia, é necessária a apreensão de que no sistema capitalista, as políticas sociais atuam como medidas que buscam um consenso social. As políticas sociais serão aceitas pela necessidade dos trabalhadores e interesse do capital na tentativa de construção desse consenso. Neste sentido, é importante a clareza das limitações das políticas sociais, pois, ainda que façam parte do processo de emancipação

política, por si só não são responsáveis pela totalidade<sup>9</sup> desse processo e tampouco alcançarão a emancipação humana. Esse entendimento é importante para a construção de estratégias reais e não idealizadas de atuação dentro da política.

Para acrescer as reflexões aqui propostas, em seguida pretende-se levantar outros elementos acerca da gênese e consolidação da Assistência Social no Brasil, compreendendo como ela se estabelece como uma política de cunho assistencialista, com viés caritativo e que moraliza o acesso aos usuários, fatores que contribuem para a dificuldade de sua apreensão no bojo dos direitos.

## **2.2 A Assistência Social no Brasil e a dificuldade de sua apreensão como direito (polêmicas e perspectivas)**

Apesar das políticas sociais no Brasil adotarem outro patamar com maior enfoque nos parâmetros legais após a Constituição Federal de 1988, de acordo com Yazbek (2008), a partir de 1923 a Lei Eloi Chaves pode ser considerada como precursora de um sistema de proteção social. Com o início da *Era Vargas (1930-1945)*<sup>10</sup>, o processo de redemocratização, urbanização e industrialização do país, que se iniciou em 1930, a questão social passa a ser foco de atenção por parte do empresariado e do Estado.

---

<sup>9</sup> Entendemos por totalidade, a categoria ontológica “que incorpora as condições e possibilidades de conversão conteúdo-forma, as quais inscrevem-se no próprio processo dialético, cuja revitalização permite tanto a especificação do universal em particular como a dilatação do particular em universal”. (LUKÁCS apud GUERRA, 2002, p. 187). Ou seja, processa-se a partir de aproximações sucessivas e das sínteses de múltiplas determinações que compreendem a singularidade, a particularidade e a universalidade dos fenômenos.

<sup>10</sup> A “Era Vargas” tem início no Brasil em 1930, a partir da eclosão de um movimento político-militar que além de depor o então Presidente Washington Luís, rompe com o domínio agrário-exportador dos barões do café a partir do nascimento de um projeto de industrialização e modernização do país, ancorado no protagonismo do Estado e em uma política nacionalista. Para sustentação desse projeto, o Estado comandado por Getúlio Vargas precisava ressignificar sua relação com a classe trabalhadora, tratada até então como “caso de polícia”, trazendo-a para a agenda do Estado. A partir do suporte aos trabalhadores, Vargas encontrava o equilíbrio necessário para efetivação de seu projeto, que como plano de fundo tinha a dominação burguesa da sociedade. Para efetivação desse suporte, Vargas criou legislações que reelaboravam e atendiam algumas das principais reivindicações trabalhistas, como uma dádiva do Estado. Neste contexto, em 1943 se dá a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), apresentada como presente à classe trabalhadora, central na arquitetura necessária para a manutenção do projeto nacionalista, Estatal e industrial proposto por Vargas, que vendia a imagem de “pai dos pobres”. Entretanto, para atrair a massa trabalhadora, o Estado adotou estratégias brutais de repressão às lideranças operárias e sindicais de esquerda. O Governo de Getúlio Vargas teve um caráter extremamente absolutista e ditatorial em relação às vertentes comunista, tanto as que se vinculavam ao Partido Comunista, à Liga trotskista, quanto aos anarcossindicalistas e socialistas, principalmente no período que se caracteriza como Estado Novo (1937-1945) (ANTUNES, 2006).

Nesse período foram criados alguns dispositivos de proteção social para a classe trabalhadora como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), salário mínimo e outras medidas de caráter social, de cunho fiscalizador e paternalista. Neste contexto, Yazbek (2008) sintetiza:

Pela via da Política Social e de seus benefícios o Estado busca, portanto, manter a estabilidade, diminuindo desigualdades e garantindo direitos sociais, embora o país não alcance a institucionalidade de um Estado de Bem-Estar Social. Em síntese, o Estado brasileiro buscou administrar a questão social desenvolvendo políticas e agências de poder estatal nos mais diversos setores da vida nacional, privilegiando a via do Seguro Social (p.10).

É importante destacar que apesar de assistirmos a uma grande expansão das políticas sociais no período governado por Getúlio Vargas, estas, eram voltadas majoritariamente para os trabalhadores formais, sendo sua maior parte formada por trabalhadores da indústria. Para os trabalhadores informais, as paliativas ações de proteção social ficavam sob a responsabilidade de instituições individualizadas, filantrópicas e sociais não organizadas. Como afirma:

Assim, se para a emergente classe operária brasileira, as ações no campo da proteção social se redefinem como parte de um pacto entre as classes sociais, para o trabalhador pobre, sem carteira assinada ou desempregado restam as obras sociais e filantrópicas que mantêm-se responsáveis pela assistência e segregação dos mais pobres, com atendimento fragmentado por segmentos populacionais atendidos (YAZBEK, 2008, p.11).

A população empobrecida, que realizava o trabalho informal, era tida como 'desajustada', 'desregrada', 'não esforçada', concepções que nunca foram superadas efetivamente. Tal pensamento ocasionava um tratamento psicologizante e educativo por parte das instituições filantrópicas que normalmente eram ligadas à Igreja Católica. O intuito era que essas instituições efetivassem a reforma social e moral destes indivíduos. Assim, "a ação filantrópica nesse período vai efetivar-se como reação à "questão social" sob a perspectiva da doutrina social da Igreja" (YAZBEK, 2008, p.11). Na prática, essa reforma social e moral do sujeito tratavam o pauperismo e as demais expressões da questão social como caso de polícia, partindo da responsabilização individual por sua condição social, da fiscalização e da punição aos que não respondessem adequadamente as formas de tratamento propostas.

Em 1942, o governo cria a primeira instituição nacional de Assistência Social, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), que inicialmente atendia a família dos expedicionários brasileiros<sup>11</sup>, posteriormente se voltou para a assistência à maternidade e a

---

<sup>11</sup> Após o encontro no Brasil, com o então presidente americano Franklin Roosevelt em 1943, Getúlio Vargas determinou a participação brasileira nos combates da 2ª Guerra Mundial. Mais de cinco mil brasileiros entre

infância, também realizando convênios com instituições filantrópicas. Ainda que a LBA tenha oportunizado maior abrangência ao acesso à Assistência Social, suas ações não romperam com o cunho beneficente, fiscalizador e emergencial. Eram desenvolvidas ações como arrecadação de fundos para instituições carentes, amparo e apoio à família, assistência médico-odontológica, manutenção de creches e orfanatos, ações de cunho educativo, higienista, dentre outras. Constata-se que a Assistência Social no Brasil emerge associada à benemerência e filantropia a partir de políticas focalizadas para a infância, adolescentes, idosos, necessitados e grupos vulneráveis (YAZBEK, 2008).

Como bem retratam Mioto e Nogueira (2013), no período de 1964 a 1985 o Brasil atravessa um período de ditadura militar onde mais uma vez se agravam as contradições entre as classes, as condições de desigualdade e as expressões da questão social. O reestabelecimento da democracia no país foi marcado pela efervescência dos movimentos e lutas sociais com o intuito de garantir e consolidar direitos que se vislumbram na Constituição Federal de 1988, onde se tem uma ampliação das políticas públicas, principalmente ao que tange ao "tripé" da Seguridade Social. Os princípios da Seguridade Social como universalidade, uniformidade, equivalência nos benefícios, entre outros, se aplicam de diferentes formas dentro de cada política, o que contribuiu para um sistema limitado, heterogêneo, desintegrado e desarticulado de direitos.

Sob este aspecto, Boschetti (2005), pontua que a estrutura da Seguridade Social no Brasil é subordinada e delimitada pelo mercado de trabalho. Apenas a Saúde estabelece princípio universal de abrangência, ao passo que a Previdência destina-se aos contribuintes e a Assistência focaliza sua abrangência a parcela da população com maior vulnerabilidade econômica.

Como visto, historicamente as políticas sociais no Brasil se definem por atender aos interesses econômicos dominantes, trabalhar em favor da ordem capitalista e por sua pouca efetividade social, o que ocasiona a rasa interferência na desigualdade social e na pobreza característica da sociedade brasileira. Neste contexto, a Política de Assistência Social surge apoiada na matriz do favor, no clientelismo e no assistencialismo que a caracterizou como uma "não política", secundária ao conjunto das políticas públicas.

---

praças e oficiais formaram a Força Expedicionária do Brasil (FEC), que foram transportadas sob condições adversas para operações no mediterrâneo (MASSI, 2015).



Com a inserção da Política de Assistência Social na Constituição Federal de 1988 e com a criação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, buscou-se a incorporação da política no campo da Seguridade Social, da Proteção Social Pública, no campo dos direitos e da responsabilidade Estatal, de acesso e direito a quem dela necessitar.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada em 2004 materializa as proposições da LOAS manifesta-se a partir de intensos debates, expressa as deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social realizada em Brasília no ano de 2003 e apresenta uma nova perspectiva para a Assistência Social apontando a necessária integração entre o econômico e o social e incentivando o controle e a participação da população usuária (Couto *et all*, 2012).

A PNAS - 2004 vai explicitar e tornar clara as diretrizes para efetivação da Assistência Social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado, apoiada em um modelo de gestão compartilhada, pautada no pacto federativo, no qual são detalhadas as atribuições e competências nos três níveis de governo, na provisão de atenções socioassistenciais, em consonância com o preconizado na LOAS e nas Normas Operacionais Básicas (NOBs) editadas a partir das indicações e deliberações das Conferências, dos Conselhos e das Comissões de Gestão Compartilhada (comissões intergestoras triparites e bipartites - CIT e CIBs). À PNAS seguiu-se o processo de construção e normatização nacional do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, aprovado em junho de 2005 pelo CNAS (por meio da NOB nº130 de 15 de junho de 2005). O SUAS está voltado à articulação em todo território nacional das responsabilidades, vínculos e hierarquias do sistema de serviços, benefícios e ações de assistência social, de caráter permanente ou eventual, executado e provido por pessoas jurídicas de direito público, sob critério de universalidade e de ação em rede hierarquizada e em articulação com iniciativas da sociedade civil (COUTO, *et all*.2012, p.60).

A PNAS e o SUAS ampliam o acesso dos/das usuários/as à Assistência Social buscando superar a abordagem por segmentos (idosos, adolescentes, população de rua, entre outros) até então majoritária nas ações políticas e apresentam uma concepção de totalidade em relação à pobreza, que não a reduz às privações materiais, mas compreende diferentes dimensões e fatores determinantes à reprodução da vida social.

Neste contexto, Behring (2005), aponta que o SUAS surge como importante ferramenta para a consolidação e ampliação dos direitos garantidos pela Seguridade Social, por ser um sistema que operacionaliza os princípios da PNAS e materializa os princípios e diretrizes previsto na LOAS, organizando a estrutura dos serviços socioassistenciais, nos diferentes tipos de proteção social. Sob esse aspecto, destaca-se o Plano de Assistência Social contido na LOAS, que possui papel primordial no que diz respeito a planejamento local, definição, classificação e ordenamento dos serviços, bem como a garantia de orçamento específico para a Assistência perante os três níveis de governo. Por meio dos marcos regulatórios e da instituição da Política de Assistência Social como política de Estado, o

SUAS é tido como referência na relação entre os programas, projetos, benefícios e serviços; e os planos, fundos, conselhos e órgãos gestores, sempre em busca de consolidar e articular a Política de Assistência Social como política pertencente à Seguridade Social como amplo sistema de proteção social.

É importante ressaltar que o SUAS trouxe avanços significativos para a Política de Assistência Social e possui papel determinante na articulação e no fortalecimento da relação entre as demais políticas que compõe a Seguridade Social, numa perspectiva de garantia e ampliação de direitos. Entretanto, é necessária a compreensão de que por mais avanços que o SUAS tenha trazido para a Política de Assistência social, a consolidação dos direitos sociais dentro de um Estado com forte avanço da ideologia neoliberal está sob constante ameaça.

A criação do SUAS se configura como grande vanguarda na Política de Assistência Social, entretanto está permeado pelas heranças históricas do desenvolvimento das políticas sociais no Brasil, que colocam a Assistência Social no trânsito da benemerência, da caridade, da filantropia e do clientelismo político. Essas heranças em muitos momentos restringem as ações da política referida e dos demais direitos sociais, à população que vive sobre extrema vulnerabilidade econômica.

Outro fator que limita a efetivação das políticas e dos direitos sociais é que desde a década de 1990, o país sofre um forte avanço do ideário neoliberal, onde o Estado vem transferindo cada vez mais suas responsabilidades socioeconômicas para o setor privado, o que impacta diretamente sobre sua organização e sobre a organização do trabalho de maneira geral.

O neoliberalismo introduz no cenário atual um projeto ideológico, político e econômico que garante grandes concentrações de renda a uma pequena parcela da população, ocasionando o avanço significativo da desigualdade social.

Mesmo com a afirmação da Assistência Social no campo das políticas e dos direitos sociais, ocorrem diversas tentativas de desvinculação da responsabilidade Estatal, por meio de entraves em sua execução que vão desde seu comando pelo primeiro-damismo em muitos municípios, até as distintas formas de terceirização dos serviços e parcerias com entidades privadas e do terceiro setor.

Conforme Couto (2006), com o avanço neoliberal, o Estado passa a ramificar as formas de intervenção das políticas sociais e da garantia de direitos, a partir de ações focalizadas, retomando lógicas clientelistas: “se o indivíduo tem dinheiro, deverá comprá-lo no mercado, transitando assim, da ótica do direito para a mercadoria” (p.72).

Nesta lógica, o Estado responde somente pela garantia do mínimo necessário à população. Por consequência, se agravam as expressões da questão social, os índices de desemprego, reforçados ainda mais pelo avanço tecnológico.

As medidas neoliberais que vêm ganhando espaço considerável nas agendas Estatais de muitos países foram garantidas e recomendadas a partir do Consenso de Washington (1991) que congregou os interesses de grandes instituições econômicas como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Central (BC). Essas recomendações vêm sendo aplicadas de forma quase compulsória na maioria dos países. Para Lins (2009), esses ajustes atingem a todas as dimensões da vida social:

Percebe-se claramente a proporção das transformações sociais, porém torna-se importante ressaltar que essas transformações, e seus impactos ocorreram de formas diferenciadas entre os demais países, principalmente os considerados periféricos. Contudo, podemos dizer que no ponto de vista social, eles se desenvolveram de forma generalizada. Sendo assim, os países centrais, considerados mais ricos, não escapariam dos efeitos do ajuste neoliberal, mas os países pobres e periféricos, foram os que mais sofreram (p.25).

É neste contexto de avanço da ideologia neoliberal que se localiza o exercício profissional das assistentes sociais no âmbito do SUAS, protagonistas desse trabalho. Assim, é com base nesse histórico, que aponta as contradições e os limites inerentes a Assistência Social, que o grupo conduziu suas discussões.

A construção da concepção crítica da política citada e de seu entendimento enquanto um direito, que conforme Pereira (1996) está intimamente ligado ao acirramento das desigualdades sociais, sob a forma de um processo emergencial, como mecanismo de prevenção e/ou eliminação da pobreza, associada a outros tipos de política, tornou-se fundamental para a problematização das ações desenvolvidas.

Desse modo, as reflexões buscam possibilitar o conhecimento acerca dos limites e possibilidades da atuação, a criação de estratégias e mecanismos de apropriação, evitando a culpabilização e a frustração das profissionais, que se demonstram como alguns dos desafios enfrentados no cotidiano de trabalho.

Nesse sentido, a concepção sobre a pobreza se torna um importante elemento e à vista disso, Pereira (1993), coloca que quando não se qualifica devidamente seu significado, a pobreza é vista como homogênea, o que resulta em ações também homogêneas. Conforme indica a autora, *“O conceito de pobreza é complexo e multideterminado, exigindo uma cuidadosa qualificação”* (PEREIRA, 1993, p.20). Assim, torna-se importante o entendimento de que a Assistência Social, dentro das possibilidades postas pelo avanço neoliberal no sistema capitalista, se limita a ações que não superam as condições de privação do pobre, e

que muitas vezes inclusive, os aprisiona e os estigmatiza, submetendo-os a comprovações rigorosas de sua condição socioeconômica, investigação e fiscalização de sua vida privada.

Neste debate, Pereira (1993) acrescenta importante indicação:

Estudos realizados nos anos 60 (ALCOK, 1987 *apud* PEREIRA, 1993) sobre a pobreza na Inglaterra já mostravam que tais mecanismos de controle de demanda por proteção social pública podem concorrer para acentuar a situação de penúria dos destinados da assistência social. Por tanto, ao contrário do que a ideologia liberal ou neoliberal apregoa, a falta de políticas adequadas e consequentes de assistência social constitui um fator que contribui decisivamente para o aumento da pobreza, inclusive naqueles países de capitalismo central onde o sistema de proteção social é mais amadurecido (p.26).

As reflexões de Pereira (1993) trouxeram importantes elementos para a elaboração da concepção da Assistência Social para o grupo aqui referenciado, que ampliou seu entendimento ao longo dos encontros, compreendendo que tal política durante muitos anos esteve à parte das elaborações técnico-profissionais e das produções acadêmicas de conhecimento, no âmbito do Serviço Social que, principalmente por conta de sua aproximação com as teorias críticas e investigativas, a rechaçava por sua identificação com o paternalismo e seu compromisso com a manutenção da força de trabalho. Isso também pode explicar a dificuldade de conceituação por parte de algumas profissionais da categoria.

Apesar de sua consolidação nos marcos legais, a Assistência Social continuou sendo ativada como mecanismo de prevenção ou eliminação dos focos de pobreza e como alternativa às antigas políticas keynesianas que garantiam os mínimos necessários para a reprodução da vida social. Ainda desenvolve ações paliativas que favorecem o *status quo* da sociedade e da classe trabalhadora e contribuem com o agravamento das desigualdades. Dessa forma, Pereira (1993), aponta que ainda que a política mencionada tenha se afastado de produções acadêmicas, ela é constantemente revisitada pelas influências neoliberais, privilegiando o mercado, o setor privado e sistemas residuais de proteção social pública a parte dos processos de crescimento econômico.

Considerando suas especificidades históricas e contemporâneas, para que se possa avançar na conceituação da Assistência Social é fundamental que esta não seja reduzida à concessão de benefícios, desconsiderando as contradições das expressões da questão social e sua relação antagônica e de reciprocidade entre Estado, mercado e sociedade.

As profissionais discutiram que a Assistência Social tem como ação central a inclusão dos segmentos marginalizados da população no campo dos direitos que lhes são negados histórica e injustamente, devendo se aproximar de uma perspectiva de reparação.

Na discussão proposta, Pereira (1993, p.29), se aproxima de algumas funções devidas para a política como descreve:

- a) Permanente esforço de aproximação da assistência social com as demais políticas socioeconômicas, de acordo com um projeto articulado de atenção às necessidades humanas que, como o próprio nome indica, difere das necessidades animais, que são naturais e constantes (Baran & Sweezy, 1974);
- b) Problematização da questão fundamental da redistribuição relativa de recursos entre ricos e pobres, com vista a uma política mais equitativa de proteção social;
- c) Construção, no campo da assistência social, de um conhecimento mais sofisticado acerca dos problemas socioeconômicos, que afetam o país e o mundo, e dos processos de tomada de decisão política referentes a estes problemas;
- d) Sistemática, continuidade e previsibilidade das ações e dos recursos para assistência social;
- e) Garantias legais do direito à assistência social;
- f) Pessoal qualificado para realizar tarefas bem mais complexas que a simples mitigação de sintomas de carências severas, tais como: pesquisas e diagnósticos, com vista à definição de prioridades políticas compatíveis com a complexidade da pobreza relativa ou da desigualdade e da exclusão social.

Nesses termos, a qualificação constante do exercício profissional frente aos desafios impostos pelos ajustes neoliberais torna-se um importante mecanismo de enfrentamento aos desafios postos nessa conjuntura, buscando a legitimação das demandas profissionais e das dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica da profissão, alcançando a superação das práticas pragmáticas e despolitizadas.

Como estratégia fundamental para o enfrentamento aos desafios postos ao exercício profissional, Iamamoto (2007) aponta que o Projeto Ético Político do Serviço Social deve ser lido como um *“guia efetivo para o exercício profissional e consolidá-lo por meio de sua implementação efetiva, ainda que na contramão da maré neoliberal, a partir de suas próprias contradições e das forças políticas que possam somar na direção por ele apontada”* (p. 233).

É fundamental que a categoria profissional se cerque de ações e elementos que visem fortalecer a criação de um projeto profissional crítico que se afaste de perspectivas fatalistas e messiânicas. Neste sentido, a autora indica:

A superação do fatalismo e do messianismo na análise da prática social – com as suas derivações no exercício profissional – implica o desvendamento da própria sociedade que gesta essas concepções e sua crítica teórica radical, historicamente constituída. Em outros termos, supõe recuperar a tradição intelectual instaurada por Marx na análise da sociedade capitalista. Mostra a atualidade, por um lado, do método e do arsenal de categorias que permitiram expressar, no nível do pensamento, as condições de existência real dessa sociedade. Por outro lado, recuperar a dimensão prática, como “prática-crítica” com expícito caráter de classe (IAMAMOTO, 1992, p. 113).

Assim, compreende-se que a apreensão da Assistência Social como direito faz parte dos diversos desafios postos ao exercício profissional por tratar-se de um campo permeado de contradições, impasses e disputas.

No entanto, devem-se adotar diferentes estratégias que reduzam os efeitos ocasionados pelas relações de exploração do trabalho e contribuam para que a Assistência Social no campo dos direitos e das políticas sociais atue como um mecanismo que auxilie a emancipação política dos sujeitos, se caracterizando, ainda conforme Pereira (1993), por uma atenção particularizada, voltada prioritariamente para o atendimento das necessidades sociais básicas, redistributiva, distante da lógica do mercado, não vinculada a nenhum tipo de contrapartida e de cunho universalizante, a partir da inclusão dos segmentos sociais no cerne das políticas, serviços e direitos sociais.

Dessa forma, a Assistência Social contribuirá para a emancipação política dos sujeitos, em busca da construção de novos projetos societários que busquem a superação da dominação do capital e auxiliem os rumos para a emancipação humana.

### **2.3 Assistência Social no Brasil – um panorama atual**

Os desafios da apreensão e efetivação da Assistência Social como um direito têm tido uma grande expressão na conjuntura atual. Desde a última crise econômica do capital em 2008<sup>12</sup>, novamente a classe trabalhadora, onde inclui-se a categoria profissional do Serviço Social se vê inserida nos processos de resistência e luta em defesa dos direitos sociais já conquistados e, de fato pouco efetivados.

No Brasil, durante os governos de Luíz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff (2003-2016), presencia-se a disseminação de uma ideologia neodesenvolvimentista que demonstra uma nova roupagem às perspectivas neoliberais, com a intenção de unir o desenvolvimento econômico e social, sem grandes alterações nas políticas econômicas (SANTOS at al., 2017).

---

<sup>12</sup> A crise econômica de 2008 teve sua origem no setor imobiliário dos Estados Unidos, em razão de um grande processo de financeirização causado principalmente pelo excesso de ofertas de créditos por parte dos bancos que passaram a ofertar à população que já não tinha mais condições financeiras de arcar com tais dívidas, deixando milhares de americanos que não tinha condições de pagar suas hipotecas, sem casa. A crise de 2008 ganhou teve seu ápice com a falência do tradicional banco de investimentos, o Lehman Brothers, causando grande impacto no mercado financeiro mundial e uma forte recessão global (ARAÚJO *at all*, 2013). Como explica Antunes (2018): “[...] a crise econômica tem evidentes componentes globais, ela inicialmente atingiu, desde 2008, os países capitalistas centrais, por exemplo os Estados Unidos, o Japão e diversas nações da Europa. Mas, por ser uma crise desigual e combinada, acabou chegando ao Sul, às periferias e aos seus países intermediários. Quanto mais a crise se aprofunda no Norte, maior é a sucção de capitais para o centro do capitalismo e mais intensificadas são as taxas diferenciais de exploração, seja esse um processo diretamente entre o Norte e o Sul, o Leste e o Oeste, seja entre as próprias regiões e países” (p. 261-262).

O neodesenvolvimentismo sugerido pelo programa político apresentado pela frente do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme afirmam Boito e Berringer (2013), não buscava romper com o sistema capitalista, mas, em decorrência da classe trabalhadora a qual se pretendeu representar, introduzia mudanças importantes na economia, na política e na atuação internacional do Estado.

O programa apresentado pelo PT com a candidatura de Lula em 2002 demonstrava uma política pautada na tentativa de conciliação entre as classes, propiciando a ascensão política da burguesia interna (frações dominantes), a reunião dos principais setores das classes populares, atendendo também, aos interesses hegemônicos dos aliados do capital financeiro internacional, que tiveram grande protagonismo nos governos Itamar Franco (1993-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) (BOITO; BERRINGER, 2013). Conforme Antunes (2018), “o primeiro ano de governo Lula, com início em janeiro de 2003, foi caracterizado, então, mais pela continuidade do que pela ruptura com o neoliberalismo” (p.276).

A atenção aos setores das classes populares fortaleceu a construção de uma base de apoio aos governos do PT. Por outro lado, desde o primeiro mandato, as ações governamentais em muito avançaram sobre a reforma da previdência, sobre os processos de privatização, de flexibilização e terceirização do trabalho, atingindo diretamente a classe trabalhadora (ANTUNES, 2018).

De acordo com Boito e Berringer (2013), para alcançar o desenvolvimento econômico, os governos Lula e Dilma trouxeram importantes elementos para as políticas sociais, em especial para a Política de Assistência Social, como a ampliação das políticas de transferência de renda e, para as políticas econômicas, como a recuperação do salário mínimo e o aumento do orçamento destinado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), entre outras, que também tiveram abrangência aos trabalhadores do campo, acarretando no aumento do poder aquisitivo da classe trabalhadora, favorecendo assim a organização e a luta social. Sobre esse aspecto, Antunes (2018), indica que,

Uma das alterações mais expressivas se deu com a expansão do programa Bolsa Família. Sua origem em âmbito nacional remonta da unificação e do aprimoramento de “ações de transferência de renda” já desenvolvidas sob o governo FHC. Trata-se de um programa que, ao longo do governo Lula, passou a ter alta repercussão entre as camadas mais pobres da população brasileira, mas com baixíssimo custo para o orçamento público (p.279).

Em contrapartida a tais programas, grandes setores como o agronegócio e a generosa camada da burguesia interna composta pelos grandes empresários do país, também foram favorecidos e tiveram importantes destaques na agenda político-econômica do governo. Como explicam os autores,

O que se passou desde então foi que esse partido, que lutava, ao longo da década de 1990, pela implantação de um Estado de bem-estar social no Brasil e pelo reforço do capitalismo de Estado, esse partido foi atraído pela grande burguesia interna, que vinha fazendo crítica moderada ao neoliberalismo, e, na virada da década de 1990 para década de 2000, mesclando sua tradição de origem com a insatisfação burguesa, converteu-se, de modo empírico e marcado pelas circunstâncias, no criador e no instrumento partidário do neodesenvolvimentismo. O operariado e a baixa classe média continuaram presentes no PT apenas que, agora, ocupando a posição de base social, mas não de força dirigente do partido (BOITO; BERRINGER, 2013, p. 33).

As ações políticas efetuadas pelos governos do PT impediram e desestimularam uma política mais eficiente no que diz respeito a distribuição de renda. Também é importante pontuar que a população pauperizada continuou sem instrumentos de politização que permitissem sua inserção organizada frente à política neodesenvolvimentista. De acordo com os autores, “[...]formaram uma base eleitoral desorganizada e passiva que é convocada a intervir no processo político apenas por intermédio do voto” (BOITO; BERRINGER, 2013, p.34).

Desde a primeira tentativa de candidatura ao governo do Estado em 1989, o PT, por meio de sua grande contribuição no processo das lutas operárias, mobilizações sociais e organizações sindicais ocorridas na década de 1980, fez brotar esperanças de mudanças estruturais na economia, que impactassem diretamente na melhora das condições de vida da classe trabalhadora do país, o que não foi concretizado de maneira efetiva, indo na contramão dos princípios defendidos até então. Os governos Lula e Dilma, ambos com o perfil de conciliação, foram marcados pela representação das classes dominantes, assim como os governos anteriores, trazendo como diferencial a inclusão de novas estratégias para as políticas sociais, porém, pontuais e focalizadas que apesar de contribuírem significativamente com a melhora das condições de vida da população pauperizada, não alterou de fato o *status quo* e pouco contribuiu com os impactos do neoliberalismo na política do Brasil (ANTUNES, 2008).

Diante de tal postura, a popularidade do governo PT entrou em declínio. Essa condição, combinada aos reflexos da crise econômica mundial de 2008, refletiu sob o país uma forte crise econômica e institucional, fazendo com que o “*mito da conciliação do PT*” denominado por Antunes (2018), começasse a cair por terra. O projeto petista começou a dar sinais de desmoronamento em 2013, onde a partir de uma onda de protestos motivados pelo descontentamento da juventude trabalhadora começou a ganhar grande expressividade. Conforme o autor,

As fissuras do projeto, acentuadas pela persistência e pelo aprofundamento da crise econômica mundial, levariam para as ruas um amplo setor da juventude



trabalhadora. Submetida à precariedade crescente no mercado de trabalho, impossibilitada ao acesso à educação pública de qualidade, deixada à mercê de um sistema público de saúde sucateado, sem nenhuma segurança sobre o futuro, o aumento das tarifas do transporte coletivo converteu-se numa espécie de catalisador do descontentamento dessa camada de jovens. De fundo a movimentação dessa juventude e a forte onda grevista que o país vivenciou no mesmo ano refletiam a falência de um projeto que, apesar de brotar das esperanças e dos desejos de muitos por mudanças, não foi capaz de realizá-las. A realidade brasileira começava então a ser desnudada com profundidade e, com ela, o fracasso social e político dos governos do PT (ANTUNES, 2018, p.271-272).

Foi sob essa conjuntura, em que a crise econômica mundial se somava a crise política interna, que o governo Dilma chegou ao seu segundo mandato, nas eleições presidenciais de 2014. Conforme Antunes (2018), logo após a vitória eleitoral a Presidenta alterou as regras para a concessão do seguro desemprego, além de promover outras alterações substanciais na política de Previdência Social, “sinalizando claramente que o ônus da crise seria, uma vez mais, pago pela classe trabalhadora” (p.286). O governo já vinha desde os mandatos anteriores tomando também outras medidas, que buscavam retomar o crescimento econômico como a redução de impostos em vários setores da economia. Tais medidas geraram um grande descontentamento por parte do sindicalismo dos trabalhadores públicos e de outros atores da classe trabalhadora, impulsionando assim um processo de impopularidade do governo. Conforme Antunes (2018),

Esse quadro crítico se acentuou durante as eleições de outubro de 2014, quando começou a se verificar uma retração crescente do apoio das frações dominantes ao governo, uma vez que a intensificação da crise econômica indicava que esses setores que até então o respaldavam (e ganhavam muito com os governos do PT) começaram a exigir um ajuste fiscal que acabou por ter uma dupla trágica consequência. Por um lado, levou à crise terminal do governo Dilma e, por outro, ao desalento de inúmeros de seus eleitores nas classes populares que a viram realizar o que dizia recusar na campanha eleitoral (p.268).

Diante desse cenário, as frações dominantes, derrotadas no processo eleitoral democrático solidificaram como alternativa um golpe, ancorados pelo parlamento, essencialmente com a abertura e efetivação do processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff com a acusação de crime de responsabilidade fiscal. O golpe, respaldado nos termos de Antunes (2018) pelo processo de *judicialização da política e politização da justiça*, contou com o apoio da mídia hegemônica brasileira e com a ação velada comandada pelo Vice-Presidente Michel Miguel Elias Temer Lulia e pelo então Presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, ambos até então aliados do PT em suas estratégias de conciliação com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Conforme o autor,

[...] o *golpe parlamentar* que levou à deposição de Dilma, ao mesmo tempo que a isentou da perda dos direitos políticos (em mais um flagrante de incongruência

jurídica), reiterou a farsa ao condenar uma presidente por um crime que o mesmo parlamento reconhece que ela não cometeu (ANTUNES, 2018, p.269).

O processo do impeachment foi consolidado em 31 de agosto de 2016, ocupando de modo interino o cargo máximo do governo, o até então Vice-Presidente Michel Temer.

Como medida inicial, Temer altera o projeto de governo eleito, apresentando à população seu novo projeto, denominado “Uma Ponte Para o Futuro”, que logo de início apresenta:

[...] destina-se a preservar a economia brasileira e tornar viável o seu desenvolvimento, devolvendo ao Estado a capacidade de executar políticas sociais que combatam efetivamente a pobreza e criem oportunidades para todos. Em busca deste horizonte nós nos propomos a buscar a união dos brasileiros de boa vontade (PMDB, 2015, p.02).

Entretanto, na prática esse projeto não só reafirma como aprofunda as perspectivas neoliberais adotadas, focalizando suas ações no sentido de preservar a economia, visivelmente contrárias à proteção social e à ampliação dos direitos sociais, agravando o processo de privatizações e desresponsabilização Estatal.

Conforme análise do Conselho Federal de Serviço Social,

Em menos de trinta dias de ocupação da Presidência da república, o governo ilegítimo de Temer reduziu Ministérios, em especial os de caráter social, encaminhou Medida Provisória nº 727/2016, com direção de desestatização; com Programas de Parceria de Investimentos (PPI), que se destinam à ampliação da parceria entre Estado e iniciativa privada. Sob a falsa justificativa tecnicista e economicista de equilíbrio das contas públicas, o pacote de temeridades aprofunda a contrarreforma da seguridade social e avança visceralmente na subtração das condições de vida da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que fortalece medidas que favorecem diferentes frações da classe burguesa, especialmente a fração financeira, por meio de desonerações tributárias, carga tributária regressiva, sistema da dívida pública, entre outros aspectos (CFESS, 2016, n-p).

A Medida Provisória nº 727/2016 reduziu de 32 para 23 o número de Ministérios, extinguindo entre outros, os Ministérios da Cultura, do Desenvolvimento Agrário, das Mulheres, Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, eliminando dos espaços de debates políticos discussões sobre as questões do machismo, da discriminação, das relações étnico raciais, da escravidão, das identidades culturais, da reforma agrária, do direito à alimentação saudável, entre tantos outros.

Na Política de Assistência Social, o primeiro impacto das ações governamentais se dá com a Proposta de Emenda Constitucional nº 241 de 2016, que “altera o ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal” (BRASIL, 2016), propondo o congelamento dos gastos sociais (saúde, educação e assistência social) por vinte anos, sem o mínimo debate com a população.

Conforme Antunes (2018),

No seu conhecido documento inspirador, “Uma ponte para o futuro”, cujo abismo social resultante não para de se intensificar, está estampada a trípole destrutiva a ser

implementada nos trópicos: privatizar o que ainda não o foi (destacando-se o pré-sal como vital); impor o negociado sobre o legislado nas relações de trabalho, em um período em que a classe trabalhadora tem apontados uma espada no coração e um punhal nas costas, pelo flagelo do desemprego que não para de crescer e, por fim, implementar a flexibilização total das relações de trabalho, primeiro com a aprovação da terceirização total (conforme consta no PLC 30/2015) e depois com a chamada Reforma Trabalhista (PLC 38/2017) (p.269).

Além disso, o governo propõe um retrocesso ao primeiro-damismo, deixando a cargo da primeira dama Marcela Temer, a função de “embaixadora voluntária” do Programa Criança Feliz, apresentado em pronunciamento oficial no dia 05 de outubro de 2016. Conforme artigo do jornal El País, o programa rememora as práticas realizadas pela LBA de 1942, onde cabiam às primeiras damas a condução de uma política calcada no assistencialismo (MORAES, 2016).

O Programa Criança Feliz remete aos primórdios do Serviço Social no país, quando a burguesia na tentativa de conter as manifestações da classe trabalhadora, utilizava-se da fé, da benesse, da caridade e do assistencialismo por meio das mulheres burguesas que eram incumbidas de realizar ações pautadas nestes princípios, para as camadas mais pobres da sociedade, retrocedendo qualquer perspectiva mínima de avanço na Política de Assistência Social e incidindo diretamente sobre a atuação profissional da Assistente Social, colocando-a novamente sob uma perspectiva moralizante e conservadora.

Como coloca Davis (2016),

O Serviço Social como todos sabem, ou deveriam saber, ganha caráter marxista nos anos 60 e 70 pós ditadura, rompe com o assistencialismo e passa a jogar do lado da classe trabalhadora. Fica muito óbvio que estar ao lado dos necessitados não é uma questão feminina e cristã, mas uma questão de profissionalismo que prega pelas mudanças sociais edificadas, mudanças que requerem uma revolução que só virá das camadas mais baixas. O Serviço Social não é assistencialista no século XXI, mas revolucionário. Se torna, portanto, a única categoria de trabalhadoras que hoje é majoritariamente feminina e negra e que agride o capital dentro do próprio capitalismo (n-p).

O Programa consiste nas visitas às residências com crianças até 3 anos de idade, que recebem o benefício do Bolsa Família e estão em condições de vulnerabilidade. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, em onze meses de funcionamento, o programa contou com adesão efetiva de apenas 6% dos municípios brasileiros. Conforme entrevista, o CFESS manifestou oposição ao programa por considera-lo como uma forma de tutelar as famílias e de culpabilizá-las por sua situação de vulnerabilidade (ROSSI, 2017, n-p).

Para o ano de 2018, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) enviado pelo Governo Federal ao Congresso, apresentou para a Política de Assistência Social um corte de 98,05% no orçamento (CÂMARA NOTÍCIAS, 2017). Tal ação têm incidido diretamente na precarização do trabalho, no desmonte das bases estruturantes do SUAS e no cerceamento do acesso da população usuária.

Observa-se na atual conjuntura, um cenário de retrocessos, por meio de medidas que contribuem para o processo de fragilização e extinção dos programas existentes. Os condicionantes de acesso ganham maior entonação a partir do aprofundamento das exigências e modos de fiscalização da vida econômica e privada dos usuários. Assim, se coloca conforme Antunes (2018),

[...] a imperiosa necessidade de constituição de um novo polo social e político, tecido pelas forças sociais, amplas e diversificadas, oriundas do mundo do trabalho e capazes de dar organicidade às lutas sociais, sindicais e políticas da vida cotidiana. Um polo oriundo das fábricas, das empresas, dos sindicatos de classe, das periferias, dos campos, dos movimentos sociais, das comunidades indígenas e negras, dos movimentos que, em sua rica polifonia, têm grande densidade social, mas precisam caminhar juntos em direção a uma nova forma social e política (287).

Diante disso, intensificam-se os desafios postos ao exercício profissional da/do Assistente Social no âmbito do SUAS, que tem enfrentado diversos embates na tentativa de garantir a sobrevivência das políticas sociais. Assim, a qualificação contínua, a análise crítica da realidade, o reconhecimento e a unidade de classe tornam-se as principais ferramentas ao processo de resistência das profissionais.

De todo o modo, nas circunstâncias dos ataques neoliberais, com os ajustes dominando mundialmente as repercussões para aquilo que foi construído como direito do povo e responsabilidade do Estado, pesa novamente sobre a Assistência Social no Brasil o caráter moralizador e de submissão ao trabalho como condição ao acesso e permanência nos programas sociais. Ou seja, afirmada como política de acesso não contributivo, terá na cobrança de inserção ao “mundo do trabalho” a centralidade nos critérios, temporalidade e permanência. Essa é uma característica que os governos Lula e Dilma fortaleceram e que, num contexto de regressão de direitos, é ainda mais difícil de ser revertida.

Por isso, o aprofundamento de todos os elementos que estão relacionados a essa temática são fundamentais como veremos a seguir.

### **3 DEMANDAS E NECESSIDADES SOCIAIS: um debate constituinte à Assistência Social como direito**

Como vimos no capítulo anterior, os direitos sociais resultam das necessidades, da organização e da reivindicação dos trabalhadores. Também vimos que conforme Pereira (1993), uma das potencialidades que deve ser desenvolvida no âmbito da Política de Assistência Social é a construção de um projeto que dê atenção ampla as necessidades humanas. Essa discussão faz parte das mediações constituintes ao debate da Assistência Social como direito para além dos marcos legais e contribui para a identificação dos patamares estratégicos e táticos ao processo de intervenção profissional.

Observa-se ainda, com os relatos das profissionais participantes das “Oficinas de Supervisão Profissional” que o cotidiano do exercício profissional da/do Assistente Social está intrinsecamente relacionado ao atendimento de uma gama de demandas e necessidades, seja dos usuários, seja das instituições ou da própria profissão. Entretanto, o debate acerca do significado de tais terminologias e conceitos é pouco abarcado pela especificidade do Serviço Social, o que nos remete imediatamente ao questionamento: de quais necessidades estamos falando?

#### **3.1 Necessidades sociais e humanas: conceitos em disputa**

As necessidades, como aponta Amorim (2010), são existentes em qualquer forma de sociabilidade e se dividem entre as *necessidades necessárias*, que são relativas à sobrevivência, que consiste na satisfação das necessidades básicas do ser humano como alimentação, vestuário, habitação, entre outras, e, as *necessidades propriamente humanas*, que incluem além das necessidades indispensáveis à vida, as novas necessidades, produtos de condições e/ou relações sociais, que tratam das possibilidades de desenvolvimento social, espiritual do homem em sua relação com a natureza e com sua própria humanidade.

Assim, é importante compreender como se dá a relação entre as necessidades e o trabalho. O trabalho caracteriza-se por ser uma atividade fundamental ao homem e a sua relação com a natureza. Para além das atividades fundamentais de existência humana, como comer, vestir, morar, entre outras, é a partir do trabalho que se produz o desenvolvimento da sociedade e que se determina a reprodução social, o que lhe confere, portanto, uma dupla dimensão: a de satisfazer as necessidades de existência humana e, inserido no interior da sociabilidade, ser uma atividade social, que produz um valor de uso (AMORIM, 2010).

Na sociedade capitalista, as formas de sociabilidade são determinadas pelo processo de reprodução do capital, calcado no trabalho, não permitindo que o homem satisfaça suas necessidades em sua totalidade. A relação de exploração da força de trabalho e do assalariamento reduzem as necessidades da classe trabalhadora, ao que é útil à manutenção da força de trabalho e ao que pode ser mercantilizado. Assim, a sociedade se desenvolve dentro da relação contraditória e antagônica, onde a acumulação capitalista é garantida pela exploração da força de trabalho, culminando na ampliação das riquezas da classe dominante, mediante a pauperização e miséria da classe trabalhadora, processo do qual decorre a questão social.

Em decorrência dos conflitos ocasionados pela relação entre o capital e o trabalho, que ocasionam as múltiplas expressões da questão social, o Estado é convocado a determinadas ações que respondam parte das demandas da classe trabalhadora, de modo a garantir a manutenção do capitalismo. Assim, o Estado institucionaliza essas demandas por meio das políticas sociais. Neste sentido,

[...] o Estado burguês passa a responder às demandas do trabalho, através da concessão de direitos, desde que estes não afetem a propriedade privada dos meios de produção e não revelem a contradição sobre a qual repousa essa sociedade. Dessa forma, as respostas sociais engendradas pelo Estado burguês para atender aos conflitos sociais gerados pelo antagonismo entre as classes são no sentido de tentar conciliar interesses contraditórios e contrapostos do capital e do trabalho. Ao mesmo tempo que cria as condições propícias para que a acumulação capitalista seja preservada, o Estado burguês também ganha legitimidade política ante outros protagonistas sociopolíticos (AMORIM, 2010, p.49).

Conforme Pereira (2002), o conceito de necessidades humanas básicas não se descola do conceito de necessidades sociais, principalmente por compreender que as satisfações dessas necessidades ocorrem no âmbito dos direitos sociais e das políticas públicas, que direcionam as decisões políticas, econômicas, sociais, culturais, ideológicas e jurídicas, portanto, carecem de uma análise mais abrangente. A autora confirma que não existam necessidades humanas básicas comum a todos:

[...] seja nos redutos da direita, da esquerda e do centro, seja nos pensamentos tradicional e pós-moderno, seja, ainda, nos discursos e argumentações de governos, políticos, reformadores, trabalhadores sociais, o refrão dominante é o mesmo: não existe um conceito universal e objetivo de necessidades sociais (PEREIRA, 2002, p. 50).

Do exposto, a autora analisa que tal afirmação e a inespecificidade da conceituação, gera um ceticismo a respeito da eficiência das políticas públicas, que tem aberto um grande espaço para o avanço da ideologia neoliberal, como a fragilização das lutas e o desmonte dos direitos sociais. As visões subjetivas e relativistas a esse respeito, têm sido disputadas por

muitos intelectuais, políticos, gestores e executores, que apreendem as diferenças pessoais e culturais dos usuários das políticas. Dessa forma, os neoliberais e os setores de direita buscam legitimar a ideia de que o mercado é o que melhor pode definir e nortear a satisfação das necessidades sociais, visto que não são necessários parâmetros universais para a satisfação dessas necessidades. Para esses segmentos, necessidades sociais centram-se na falta ou privação de algo, preferências, desejos, demandas, ou seja, conceitos inespecíficos, baseado num egoísmo possessivo e individual. É a convicção do mercado que prevalece e ascende a naturalização e a moralização de comportamentos, especialmente no campo da assistência social.

Portanto, torna-se imprescindível a reflexão sobre o que seriam “necessidades humanas” para nortear o direcionamento, a fundamentação e a potencialização destas políticas, em especial para a Política de Assistência Social. Pereira (2002), apresenta uma gama de correntes que buscam explicar conceitualmente as necessidades, dentre elas a que apresenta maior totalidade em sua concepção, a “visão marxista”, que de acordo com Doyal e Gough (1991) (*apud* Pereira, 2002), define as necessidades humanas como um fenômeno histórico, reconhecendo que existe um conceito de necessidades humanas e objetivas que concerne a um conjunto de imposições postas a classe trabalhadora, pelo capitalismo, ainda que se compreenda que as necessidades básicas são “*essencialmente produto do meio e da cultura que fazem parte*” (PEREIRA, 2002, p.44).

Neste âmbito, Pereira (2002), dialoga com os autores Heller (1988), que acredita ser impossível comparar culturas diferentes com base num conceito comum de necessidades básicas, sendo que estas variam de um modo de produção para outro, e Marcuse (*apud* Little, 1998), que relativiza o conceito de necessidades sociais existentes no sistema capitalista pois estas “*são manipuladas por condições socioeconômicas, dada a prevalência da racionalidade e da ideologia do industrialismo*” (p. 45). Ou seja, o objeto das necessidades sociais é produzido socialmente e varia de uma sociedade e de um modo de produção para outro.

À luz desse debate, a centralidade no indivíduo como único que pode responder sobre suas necessidades, pode tornar-se problemática visto que pelas próprias dificuldades existenciais e materiais, pode-se haver uma redução do arco de seus desejos, prevalecendo certa conformação com o que se tem, comprometendo assim o atendimento das políticas públicas sobre as necessidades coletivas. Assim, a autora defende o conceito de *necessidades objetivas e universais*, compreendendo que a própria concepção de pobreza absoluta pelos

neoliberais, imprime um conceito universal e objetivo a respeito do que seriam as necessidades básicas, que denominam de mínimas.

Neste sentido, as políticas sociais, em especial a Política de Assistência Social deve assumir a função de incidir sobre os fatores determinantes da miséria e da pobreza, para compreender as necessidades a serem atendidas e criar estratégias para enfrentamento desses fenômenos. Como aponta a autora, isso só terá plena efetividade caso as políticas sociais forem controladas pelas classes dominadas e funcionarem como *“meio de satisfação das necessidades sociais e não das necessidades do capital, como, mais do que nunca, hoje é utilizada* (p.17). Diante disso, torna-se essencial que as profissionais que atuam na Política de Assistência Social ampliem suas concepções acerca das lutas e da fundamentação teórica que estão por trás do exercício profissional neste âmbito. Isso significa apreender a Política de Assistência Social numa perspectiva estratégica de direito, em especial no Brasil ainda que compreendendo seus limites nessa sociedade.

### **3.2 As necessidades sociais e a Política Nacional de Assistência Social**

Nas diversas instituições de atuação das assistentes sociais aqui analisadas, legitimadas pela PNAS (2004), evidencia-se um grande leque de demandas e necessidades atendidas ou reprimidas por conta das condições objetivas, que se referem desde os diversos tipos de violências contra as mulheres, crianças e indivíduos, às necessidades educacionais, de saúde, de acesso a bens e serviços, perpassando neste aspecto também às necessidades econômicas, sociais e de aparato jurídico.

Grande parte das profissionais relatou a ocorrência de demandas reprimidas substanciais em suas instituições como condições desfavoráveis de trabalho, falta de equipamentos, transportes, espaços inadequados, assédio moral por parte de gerências e chefias, dificuldade do diálogo com os demais equipamentos da rede de políticas sociais e um judiciário que tem agido ao encontro aos desmontes de direitos, deixando cada vez mais explícito a responsabilização às famílias, principalmente à figura materna, contribuindo para negligência da rede de atendimento. Percebe-se que em grande medida os desafios ao exercício profissional estão ligados aos meios em que o trabalho se realiza e não ao conteúdo que direciona a intervenção profissional.

Sobre esse aspecto reafirma-se a importância da identificação das profissionais enquanto pertencentes à classe trabalhadora. Essa percepção, como sustenta Iamamoto (2015), é fundamental para que se compreendam as relações de trabalho das assistentes sociais, que



dispendem um trabalho especializado, com autonomia relativa e que possui valor de uso (responde a uma necessidade social) e valor de troca (por intermédio do salário), sendo portanto trabalhadoras assalariadas, premissa que imprime tensões à autonomia profissional, a partir da compra e venda dessa força de trabalho. Dessa forma, conforme a autora, “[...] o significado social do trabalho profissional do assistente social depende das relações que estabelece com os sujeitos sociais que o contratam, os quais personificam diferentes funções na sociedade (p.215).”

São os empregadores, seja no âmbito do serviço público ou privado, que irão determinar as necessidades sociais a serem atendidas pelo trabalho das assistentes sociais e que irão interferir nas condições em que se realizam esse atendimento, assim como seus impactos na reprodução das relações sociais. O lugar que é ocupado pela assistente social no mundo do trabalho enquanto profissional liberal assalariada, lhe confere uma série de contradições, fruto da alienação e das determinações sociais que afetam a coletividade dos trabalhadores inseridos na divisão social do trabalho.

De acordo com Yamamoto (2015): *“ao negligenciar as relações sociais por meio das quais se dá a realização da atividade profissional, considerando apenas a qualidade do trabalho, corre-se o risco de resvalar a explicação para uma análise a-histórica”* (p.216), que pode estimular a regressão das concepções críticas da profissão, como se percebe em alguns debates profissionais que trazem a volta das tendências conservadoras e libertárias no cenário profissional da atualidade.

Essa compreensão implica no reconhecimento dos meios necessários à realização do exercício profissional. Ou seja,

A condição assalariada – seja como funcionário público ou assalariado de empregadores privados, empresariais ou não – envolve, necessariamente, a incorporação de parâmetros institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho, consubstanciadas no contrato de trabalho, que estabelecem as condições em que esse trabalho se realiza: intensidade, jornada, salário, controle do trabalho, índices de produtividade e metas a serem cumpridas. Os empregadores definem ainda a particularização de funções e atribuições consoantes com as normas que regulam o trabalho coletivo. Oferecem, ainda, o *background* de recursos materiais, financeiros, humanos e técnicos indispensáveis à objetivação do trabalho e recortam as expressões da questão social que podem se tornar matéria da atividade profissional (IAMAMOTO, 2015, p.218).

No entanto essa análise deve ser ampliada para que as imposições das relações de trabalho das assistentes sociais não sejam naturalizadas às exigências dos empregadores e da relação mercantil que se estabelece a partir da compra e venda de sua força de trabalho, subordinando e sujeitando as profissionais aos processos de alienação. Nesse sentido, a

autonomia profissional, ainda que relativa, deve ser potencializada e orientada pelo Projeto Ético-Político da profissão, entendendo esse como resultado de um processo histórico de construção coletiva, que conforme a autora, “*é embasado em princípios e valores radicalmente humanistas, com sustentação em forças sociais reais que partilham de um projeto comum para a sociedade*” (IAMAMOTO, 2015, p.219). Essa reflexão deve subsidiar as análises sobre os desafios aqui colocados.

Em um dos encontros da Oficina de Supervisão Profissional, as assistentes sociais, participaram de uma atividade que tinha como proposta a apresentação de algumas demandas e necessidades postas ao cotidiano profissional para que, coletivamente fossem discutidas e traçadas estratégias que contribuíssem para a qualificação da atuação. Um dos pontos levantados em grande parte das falas foram as dificuldades em garantir a qualidade e o compromisso ético-político do trabalho prestado diante da precarização dos equipamentos, que contribui diretamente para o aumento da demanda reprimida.

As assistentes sociais inseridas nos equipamentos de Proteção Social Especial<sup>13</sup> do SUAS relataram que para além dos desafios postos nas demandas institucionais, as demandas dos usuários apresentam-se a partir de uma característica comum, como é a condição de vulnerabilidade socioeconômica, ou seja, condições de baixa renda acumulando-se também pelas condições precárias e insalubres de moradia, situações de violências, dificuldades no acesso às demais políticas sociais e a um atendimento que busque a garantia integral de direitos por parte do Poder Judiciário.

Aqui, vale ressaltar uma sociedade capitalista, especialmente em um contexto de regressão de direitos como o que temos vivenciado, imprime às possibilidades da Política de Assistência Social uma série de limites, que se materializam para *‘quem dela necessita’* por meio de inúmeros requisitos e condicionantes, deixando fora de acesso grande parte da população vulnerável que não se enquadra em tais aspectos. O sufixo, quem dela necessita, poderia indicar uma forte politização para a Política de Assistência Social, se acompanhada da pergunta: *‘necessita por quê?’* Ao caracterizar política, econômica, cultural e historicamente na perspectiva da totalidade, poderia ampliar a politização desse processo. No entanto, essa

---

<sup>13</sup> “Os serviços de Proteção Social Especial têm estreita interface com o sistema de garantia de direitos e foco nas famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras situações de violação dos direitos” (BRASIL, 2009, p.16).

qualificação será resolvida nos critérios cada vez mais restritos, assistencialistas e subjugadores.

Outro elemento apontado foi a dificuldade de diálogo com os demais equipamentos dispostos na rede de atendimento das políticas sociais, mais um ponto levantado nessa temática. A visão conservadora ainda presente em algumas formas de atuação profissional, tanto do Serviço Social, como de outras áreas, conforme colocado pelas participantes da oficina, também aparece como um fator determinante por conta do julgamento e da responsabilização feitas aos usuários, acabando muitas vezes por impedir o acesso aos direitos básicos. Ou seja, os usuários em muitos casos são responsabilizados e penalizados por sua condição de vulnerabilidade, ocasionada justamente, pela ausência do Estado e da garantia de direitos.

Ainda no debate com as profissionais que atuam nos serviços de proteção social especial, algumas situações emblemáticas como as questões de violência contra mulher foram apontadas como recorrentes entre as demandas atendidas. Um dos casos de atendimento relatados foi o de uma mulher, que narrava não acessar os serviços de saúde, visivelmente subnutrida. Para que essa usuária se sentisse segura e confiante para explicitar suas demandas para equipe psicossocial, levaram cerca de seis meses. Quanto à caracterização de sua configuração familiar, a usuária apontou viver maritalmente com um homem e ter seis filhos entre dois e quatorze anos, sendo dois deles adolescentes e quatro deles ainda crianças. A entrada desta mulher no Programa de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) se deu por violência sexual e negligência. Seu marido violentava sexualmente as três filhas mais velhas todos os dias, além de violentá-la por mais de dez anos desta relação, de forma sexual, física e psicológica, sendo inclusive, os últimos dois filhos frutos dessa violência.

A usuária apontou que os diversos tipos de violência sofridas, eram constantes. Em um dos relatos, contou ter sido espancada até a perda de arcada dentária. A partir de denúncias, o Conselho Tutelar foi chamado a sua residência, e segundo a usuária, a culpabilizou por todo processo de violência e exposição dos filhos. Todas as crianças foram abrigadas. O caso mencionado apresenta outros aspectos e variáveis que não cabem aqui serem aprofundados. O que se busca é estimular a reflexão sobre até que ponto as necessidades das e dos usuários estão sendo atendidas em sua totalidade?

Para pensarmos sobre essa situação é importante recorrer ao que a PNAS (2004) conceitua como *matricialidade sociofamiliar*:

Embora haja o reconhecimento explícito sobre a importância da família na vida social e, portanto, merecedora da proteção do Estado, tal proteção tem sido cada vez mais discutida, na medida em que a realidade tem dado sinais cada vez mais evidentes de processos de penalização e desproteção das famílias brasileiras. Nesse contexto, a matricialidade sociofamiliar passa a ter papel de destaque no âmbito da Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Esta ênfase está ancorada na premissa de que a centralidade da família e a superação da focalização, no âmbito da política de Assistência Social, repousam no pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal. Nesse sentido, a formulação da política de Assistência Social é pautada nas necessidades das famílias, seus membros e dos indivíduos (BRASIL, 2004, p.35).

De um lado aquele atendimento demonstra o não cumprimento ao que preconiza a PNAS, por outro lado o mesmo atendimento pode ser justificado pelo exposto na política. Não basta saber o que a política traz, mas é preciso que se façam várias mediações que vão desde como as profissionais explicam o funcionamento da sociedade, o papel do Estado, das Políticas sociais, da sociedade civil, até a explicação do que é a família, para que serve a família, o que é o patriarcado, entre outros conceitos implicados na busca de uma intervenção que não responsabilize os sujeitos, as famílias e em especial a figura da mulher nesse contexto.

Em tempos de desmontes constantes às políticas sociais, as profissionais apontam o Estado como grande dificultador e violador dos direitos dos usuários. A Política Nacional de Assistência Social que como vimos, pautada nas necessidades das famílias e indivíduos tem atuado de modo precarizado e fragmentado, que muito tem contribuído para a culpabilização, moralização e para o cerceamento dos direitos dos usuários.

Para o enfrentamento e criação de estratégias que contribuam para a qualificação do trabalho prestado à população, a reflexão sobre o papel do Estado torna-se constante. Ainda que este esteja boicotando o acesso e a garantia integral dos direitos às *classes subalternas*, onde nos termos de Yazbek (1999), subalternidade é compreendida como “[...] o exercício do domínio da direção através de relações político-sociais em que predominam os interesses de quem detêm o poder econômico e de decisão política” (p.18), o mínimo necessário para a manutenção da força de trabalho e conseqüentemente, do sistema capitalista, de alguma forma é garantido. No entanto, se pensarmos que as demandas só se tornam evidentes quando se têm programas ou serviços para atendê-las, quanto mais as pessoas passam a ser descartáveis pelo mundo da produção, mais invisíveis essas demandas tendem a ficar.

A PNAS, como as demais políticas sociais, é estruturada dentro do modo de produção capitalista, expressa e reproduz as relações de interesses presentes na sociedade. Conforme

Yazbek (1999), “[...] reproduz, portanto, a exploração, a dominação e a resistência, num processo contraditório em que se acumulam riqueza e pobreza” (p.22).

Neste sentido, o exercício profissional deve ser sempre contextualizado. Em momentos de crescimento e avanço das políticas sociais, as estratégias devem estar voltadas para a articulação com a rede, para o acompanhamento de demandas, etc. Em momentos de retrocessos e desmontes das políticas sociais, as estratégias devem se voltar para a resistência à precarização do trabalho, indo além do atendimento cotidiano, a partir do fomento a discussões com a equipe técnica, com outros setores e da disseminação dos preceitos ético-políticos da profissão.

Ainda assim, com todos os desafios e dificuldades impostos pela conjuntura e pela própria sociabilidade capitalista, mesmo com os poucos recursos disponíveis, as assistentes sociais apontam que é visível a politização dos usuários atendidos pelos serviços. Para elas, as pessoas atendidas de forma qualificada atingem certo grau de autonomia, a partir da compreensão acerca de seus direitos e acabam muitas vezes por aderir à programas ligados à saúde e a educação/profissionalização.

Algumas profissionais também destacaram a efetividade do trabalho com grupos, principalmente dentro dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), no intuito de trabalhar o fortalecimento da consciência política crítica, de modo a buscar a viabilização dos acessos tanto à órgãos e políticas públicas, quanto aos demais espaços da cidade, incluindo também os espaços coletivos de decisão e representação como fóruns e conselhos. Esse movimento de politização e organização dos usuários busca minimizar os efeitos das diversas formas de negligência do Estado, diante do conhecimento e da mobilização dos usuários.

Os diversos debates com as profissionais da categoria deixaram evidente que o exercício profissional do Serviço Social deve buscar alternativas constantes para a satisfação das necessidades e demandas dos usuários. Isso em uma sociedade em que o Estado vem atuando muitas vezes como o principal violador de direitos, torna-se um grande desafio para a profissão.

Para isso, o exercício profissional do Serviço Social vai exigir um profundo conhecimento da realidade, sobre qual a concepção tida pela categoria sobre a pobreza, sobre a desigualdade social, sobre a política social e sobre o Estado.

De acordo com Yazbek (1999),

Abordar aqueles que socialmente são constituídos como “assistidos” em suas relações e representações é penetrar, ainda que de modo introdutório, num universo de dimensões insuspeitadas. Universo marcado pela pobreza, exclusão e subalternidade, pela revolta silenciosa, pela humilhação, pelo ressentimento, pela

fadiga, pela crença na felicidade das gerações futuras, pela alienação, pela resistência e pelas estratégias para melhor sobreviver apesar de tudo (p.22).

Atualmente, as políticas sociais não possuem sequer o caráter “paliativo” de quando foram criadas, visto que para serem paliativas, ao menos necessitariam ser acessíveis. O que temos na conjuntura atual são políticas com ações residuais para aquilo que ainda não se pode descartar. Portanto, é necessário que a/o Assistente Social conheça e desenvolva estratégias mais amplas de intervenção e de elaboração sobre o contexto da Política de Assistência Social.

O domínio dos conteúdos específicos de onde estão inseridos, o domínio teórico-metodológico, a compreensão teórica sobre as famílias e indivíduos bem como a compreensão dos processos de moralização das necessidades sociais dos usuários, numa perspectiva diferente da que está posta hegemonicamente em nossa sociedade é fundamental. É preciso buscar discussões profundas, romper com naturalizações, com atuações pragmáticas voltadas a moldar comportamentos, compreendendo a dimensão coletiva do trabalho e o reconhecimento de que enquanto trabalhadores assalariados inseridos na divisão sociotécnica do trabalho, em um sistema capitalista, o exercício profissional da/do Assistente Social estará inserido no processo de contradição posto na relação entre capital e trabalho. Como ressalta Iamamoto (2015),

Apenas como parte de um *trabalhador coletivo* que busca afirmar seus interesses e necessidades sociais, o assistente social pode avançar na construção de um projeto socialmente referenciado em propostas abrangentes das classes sociais para a sociedade. Propostas que potenciem a relativa autonomia do profissional no contexto particular das relações de poder e de classe por meio das quais se realiza esse trabalho especializado. Este, em suas características particulares, encontra-se sujeito às mesmas determinações que afetam a coletividade dos trabalhadores na atualidade, nas específicas condições que constituem as classes trabalhadoras no país (p.41).

O processo de leituras e debates com as assistentes sociais que protagonizam este trabalho apontam que para o atendimento às necessidades sociais e enfrentamento de todos os desafios que se colocam nesse sentido, a formação continuada deve ter grande destaque, principalmente de modo a superar possíveis lacunas deixadas no processo de graduação e dar conta da dinâmica da sociedade. Não se pode perder de vista as condições de trabalho que permeiam o exercício profissional e a compreensão de que a atuação se realiza tanto por meio do conhecimento adquirido, como também é perpassada por limites institucionais e políticos, requerendo assim, para além das dimensões técnico-operativa e teórico-metodológica, a constante articulação com a dimensão ético-política, inclusive para fortalecer e contribuir com a organização política dos usuários.

As estratégias se materializam por meio das ações cotidianas, portanto, por meio de instrumentos que necessitam também ser problematizados, pois, não são uma série de recursos descontextualizados das reflexões feitas até então, sendo também dotados de conteúdos teórico-metodológicos e ético-políticos. Para isso, a formação continuada em espaços que possibilitem a apreensão crítica sobre a assistência social é fundamental. Ressalta-se a importância da busca de espaços de formação para além dos espaços oferecidos institucionalmente, como por exemplo o Capacita SUAS. Por mais que tais espaços tenham legitimidade e busquem capacitar os profissionais para a política, é preciso ter em vista a relação histórica entre o Serviço Social e a Política de Assistência Social, principalmente no tocante a simbiose entre objetivos profissionais e institucionais, que acarretam dificuldades com a instrumentalidade adotada pelas profissionais, aspecto que aprofundaremos a seguir.

#### 4 INSTRUMENTALIDADE: INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DO SUAS

As reflexões propiciadas pelas Oficinas de Supervisão Profissional revelaram que apesar do grande investimento do Serviço Social acerca de seu envolvimento com a Política de Assistência Social, é necessário o aprofundamento e a sistematização do conhecimento quanto às condições e relações do exercício profissional neste âmbito, sendo basilar a compreensão sobre algumas categorias centrais que envolvem essa temática, como a concepção da Assistência Social enquanto um direito e o debate acerca das demandas e necessidades sociais, aqui projetados, buscando identificar os desafios, limites e possibilidades que o perpassam a partir das transformações no Estado e na sociedade.

É possível compreender a Assistência Social enquanto um direito, dentro de uma sociedade capitalista, em uma conjuntura que cotidianamente tem ceifado direitos sociais. No entanto, traduzir isso no cotidiano do exercício profissional irá requerer uma série de mediações, instrumentais e intelectuais.

O exercício profissional no Serviço Social se desenvolve a partir de atribuições e competências estabelecidas na Lei nº8662/1993, que regulamenta a profissão e viabiliza as respostas profissionais às requisições colocadas a partir das demandas institucionais, buscando a prestação de serviços no âmbito das necessidades sociais e humanas dos usuários e da garantia e ampliação dos direitos sociais, sendo permeado por competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa na direção do Projeto Ético-Político da profissão. Sob esse aspecto, Sousa (2008), compreende essas competências, também entendidas enquanto dimensões constitutivas do Serviço Social como:

- Competência ético-política – o Assistente Social não é um profissional “neutro”. Sua prática se realiza no marco das relações de poder e de forças sociais da sociedade capitalista – relações essas que são contraditórias. Assim, é fundamental que o profissional tenha um posicionamento político frente às questões que aparecem na realidade social, para que possa ter clareza de qual é a direção social da sua prática. Isso implica em assumir valores ético-morais que sustentam a sua prática – valores esses que estão expressos no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (Resolução CFESS nº 273/93), e que assumem claramente uma postura profissional de articular sua intervenção aos interesses dos setores majoritários da sociedade;
- Competência teórico-metodológica – o profissional deve ser qualificado para conhecer a realidade social, política, econômica e cultural com a qual trabalha. Para isso, faz-se necessário um intenso rigor teórico e metodológico, que lhe permita enxergar a dinâmica da sociedade para além dos fenômenos aparentes, buscando



apreender sua essência, seu movimento e as possibilidades de construção de novas possibilidades profissionais;

- Competência técnico-operativa – o profissional deve conhecer, se apropriar, e sobretudo, criar um conjunto de habilidades técnicas que permitam ao mesmo desenvolver as ações profissionais junto à população usuária e às instituições contratantes (Estado, empresas, Organizações Não-governamentais, fundações, autarquias etc.), garantindo assim uma inserção qualificada no mercado de trabalho, que responda às demandas colocadas tanto pelos empregadores, quanto pelos objetivos estabelecidos pelos profissionais e pela dinâmica da realidade social (p.121-122).

Essas competências não se desenvolvem separadamente, ao contrário, devem estar sempre articuladas de modo a garantir o processo de totalidade das ações profissionais buscando superar a visão fragmentada e despolitizada, presentes no passado histórico da profissão e que em boa medida constituem a prática profissional.

Partindo dessa compreensão, o debate sobre os instrumentais necessários à consecução do exercício profissional, se coloca na dimensão técnico-operativa e se materializa a partir de instrumentos e técnicas que estarão presentes nos procedimentos realizados no exercício profissional das Assistentes Sociais e irão mediar a concretização das ações. Conforme Trindade (2002), os instrumentos cumprem um papel de ferramenta, de elementos mediadores perpassados pela linguagem escrita e falada e poderão estar associados a diferentes técnicas e modos de utilização, sendo parte fundamental da intervenção do profissional nas relações Sociais. Para que se compreenda o caráter de mediação presente na instrumentalidade do Serviço Social, é necessário um breve aprofundamento do significado dessa categoria.

Com base na teoria crítica marxista, mediação, assim como totalidade, são categorias conectadas ao Método Materialista Histórico-Dialético<sup>14</sup> e se expressam em caminhos para apreensão do real (objeto/ fenômeno) por meio de sucessivas aproximações.

---

<sup>14</sup> Conforme Netto (2009), o Método Materialista Histórico-Dialético foi desenvolvido por Marx após uma longa elaboração teórica e uma demorada investigação da sociedade burguesa da década de 1850 e pode ser caracterizado pelo movimento do pensamento através da materialidade do real, do processo histórico da vida dos homens em sociedade que compreende a teoria como “a reprodução real do objeto pelo sujeito” (p.07). Conforme o autor define, “o objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável -, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto. Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou (NETTO, 2009, p.07). Indica-se o aprofundamento teórico sobre essa categoria e sua relação com o Serviço Social, partindo-se da obra “Introdução ao Estudo Método de Marx” (NETO, 2011).

Conforme Pontes (1999), mediações podem ser compreendidas como “as moventes passagens entre as partes (complexos) em face de uma totalidade (complexo que se constitui na soma de outros complexos menos abrangentes)” (p.02). Neste sentido, afirma-se que a compreensão acerca dessa categoria é fundamental para a instrumentalização metodológica, em busca da superação da imediatividade (aparência), ou seja, da apreensão do modo de ser dos complexos ligados à totalidade, das aproximações sucessivas e das sínteses das múltiplas determinações acerca das expressões e fenômenos aos quais se debruçam o exercício profissional. Como aponta o autor, “[...] a não apreensão das mediações que compõem a ossadura mesma da realidade, redundam em análises e conclusões descabidas em face da realidade, e mais ainda em ações descoladas às reais necessidades e possibilidades historicamente determinadas” (PONTES, 1999, p.02).

A mediação se faz presente em qualquer realidade, independente do sujeito. Conforme Pontes (1999), para a superação da imediatividade, em busca de sua essência e explicação, se faz necessária a construção de mediações intelectuais que permitam a reconstrução do movimento próprio ao objeto. Sob esse aspecto, é importante compreender que quanto maior for a quantidade de determinações sócio-históricas como é o caso das expressões da questão social, objeto de intervenção do Serviço Social, mais complexas se tornam as mediações necessárias à sua compreensão. Neste sentido, o autor indica que as mediações se constituem a partir da singularidade, particularidade e universalidade, que se apresentam enquanto “expressão concreta da mediação do processo interventivo do Serviço Social” (PONTES, 1999, p.09). Neste sentido, Fernandes (2016) complementa:

As mediações no Serviço Social se constituem a partir da tríade: singularidade, particularidade e universalidade. Nesta tríade é possível observar o movimento que parte do abstrato, ou visão parcial da realidade para o concreto pensado, ou possibilidades de aproximação do real, processo que nos evidencia o método dialético de compreensão da realidade (p. 18-19).

Nessa perspectiva, a reflexão sobre a instrumentalidade que possibilitará a materialização das ações e estratégias profissionais e se apresenta como importante elemento de mediação como aprofundaremos a seguir, deve alcançar esse complexo de análises e categorias que auxiliem a compreensão das demandas postas ao exercício profissional e sua relação com a realidade sócio histórica que se faz presente, no sentido de qualificar cotidianamente sua intervenção no campo do Projeto Ético-Político da profissão.

A necessidade do aprofundamento teórico sobre instrumentalidade foi demonstrada nos debates realizados pelas Oficinas de Supervisão Profissional, onde a qualificação dos

instrumentos e técnicas foi um ponto levantado por grande parte das profissionais e tema de um dos debates realizados pelo grupo.

A construção inicial da conceituação acerca da instrumentalidade demonstrada pelas profissionais que protagonizam as análises desse trabalho, diz respeito à capacidade teórica e ídeo-política que não pode ser reduzida somente à dimensão técnico-operativa do Serviço Social. Os debates demonstraram que as profissionais consideram que além do conhecimento, da base teórica e crítica, os instrumentos de trabalho são essenciais para a qualificação necessária às intervenções no acompanhamento das situações cotidianas postas ao exercício profissional. Adensando tal conceituação, Guerra (2000), explica a instrumentalidade a partir do significado do sufixo ‘idade’, o compreendendo como “capacidade, qualidade ou propriedade de algo” (p.01), afirmando então que:

[...] a instrumentalidade no exercício profissional refere-se não ao conjunto de instrumentos e técnicas (neste caso, a instrumentação técnica), mas a *uma determinada capacidade ou propriedade construtiva da profissão*, construída e reconstruída no processo sócio-histórico (GUERRA, 2000, p.01).

Neste sentido, a reflexão sobre a instrumentalidade presente no exercício profissional do Serviço Social, refere-se ao determinado ‘*modo de ser*’ da profissão, no interior das relações sociais, no confronto entre as contradições e condições em que se concretizam. São os instrumentos que possibilitam o atendimento às demandas, materializam as dimensões teórica, técnica e ético-política, as estratégias e ações, possibilitando o alcance dos objetivos profissionais e sociais da atuação, sendo então, nos termos de Guerra (2000), condição concreta de reconhecimento social da profissão.

Conectado a esse debate, busca-se compreender a relação entre instrumentais e os instrumentos e técnicas necessários para a materialização do exercício profissional, objeto de dúvidas por grande parte das profissionais supracitadas. Sobre esse aspecto, Fernandes (2016), demonstra as diferenças e os significados desses conceitos:

[...] enquanto instrumentalidade é a propriedade de determinado modo de ser que uma profissão constrói dentro das relações sociais, no confronto entre as condições objetivas e subjetivas<sup>15</sup> do exercício profissional, os instrumentos se referem ao conjunto de instrumentos e técnicas que compõem uma prática profissional cotidiana (FERNANDES, 2016, p. 15).

<sup>15</sup> Guerra (2000), explica como *condições objetivas*: “são aquelas relativas à produção material da sociedade, são condições postas na realidade material: por exemplo: a divisão do trabalho, a propriedade dos meios de produção, a conjuntura, os objetos e os campos de intervenção, os espaços sócio-ocupacionais, as relações e condições materiais de trabalho” (p.01). Já as *condições subjetivas* “são as relativas aos sujeitos, às suas escolhas, ao grau de qualificação e competência, ao seu preparo técnico e teórico-metodológico, aos referenciais teóricos, metodológicos, éticos e políticos utilizados, dentre outros” (p.2).

Conforme a autora, as diferenças entre esses conceitos se complementam e a percepção dessa interlocução possibilita a superação do distanciamento entre teoria e prática, ainda presentes no discurso e na ação de alguns profissionais, bem como contribui para a compreensão da intersecção entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, constitutivas do Serviço Social (FERNANDES, 2016). É necessário que se compreenda que dentro da perspectiva crítica da profissão, não existe a prevalência da prática sobre a teoria ou vice-versa.

#### 4.1 Considerações sobre a instrumentalidade no Serviço Social

Para adensar as reflexões propostas nesse capítulo, a discussão relativa a instrumentalidade precede as reflexões quanto aos instrumentos e técnicas adotados pela categoria profissional justamente pela necessidade que se compreenda a forma como o Serviço Social se insere no mundo do trabalho e realiza sua intervenção no âmbito das relações sociais, tendo em vista as contradições postas nas condições objetivas e subjetivas do exercício profissional.

Para Guerra (2002, p.30), *“Para além das definições operacionais (o que faz, como faz), necessitamos compreender “para que” (para quem, onde e quando fazer) e analisar quais as consequências que no nível do “mediato” as nossas ações profissionais produzem”*. Conforme a autora, todo trabalho social e especializado, como é o caso do Serviço Social, detém instrumentalidade, que é construída e reconstruída no encadeamento histórico da profissão e pelas profissionais a partir de seu processo de trabalho. Esse processo trata-se do atendimento as necessidades humanas, que são alcançadas por meio do trabalho (GUERRA, 2002).

Sobre esse aspecto, a autora destaca que: *“Pelo processo de trabalho, os homens transformam a realidade, transformando-se a si mesmo e aos outros homens. Assim, os homens produzem materialmente a própria sociedade”* (GUERRA, 2000, p.03).

Essa transformação se dá por meio da ‘práxis’ que conforme Guerra (2000), diz respeito à ação transformadora que se expressa a partir do trabalho e necessita de uma série de capacidades e especificidades, dentre elas um conjunto de procedimentos que se classificam na instrumentalidade e se inserem nos processos de trabalho. A autora compreende o processo de trabalho como:

[...] um conjunto de atividades prático-reflexivas voltadas para o alcance das finalidades, as quais dependem da existência, da adequação e da criação dos meios e

das condições sob as quais o trabalho se realiza, modificando-os, adaptando-os e utilizando-os em seu próprio benefício, para o alcance das suas finalidades. Este processo, implica pois, em manipulação, domínio e controle de uma matéria natural que resulte na sua transformação. Este movimento de transformar a natureza é o trabalho. Mas ao transformar a natureza, os homens transformam-se a si próprios. Produzem um mundo material e espiritual (a consciência, a linguagem, os hábitos, os costumes, os modos de operar, os valores morais, éticos, civilizatórios), necessários à realização da práxis (GUERRA, 2000, p.03).

Complementando a definição de Guerra (2000), quanto ao trabalho e seu processo, Fernandes (2016), coloca que:

[...] O trabalho cria base para satisfação das necessidades humanas. Todos os objetos que nos cercam são construtos humanos, não de forma imediata, mas a partir da teleologia<sup>16</sup>, de aproximações sucessivas e nexos causais com a natureza que se pretende transformar. Esse processo pode ser entendido também como mediação (p.18).

A partir do trabalho, o homem desenvolve suas capacidades e habilidades que passam a mediar as relações sociais. Neste sentido, Sarmiento (2016), explica a relação entre o trabalho e os instrumentos:

É a partir dos instrumentos que a relação entre o homem e a natureza deixa de ser direta e imediata. O aparecimento de instrumentos mais aperfeiçoados modifica o tipo de relação entre o homem e a natureza e, nesse sentido, é um índice revelador do desenvolvimento de sua força de trabalho e de seu domínio sobre a natureza (p.37).

No entanto, é importante perceber que na realidade sócio-histórica em que vivemos, onde o trabalho se torna o eixo central de manutenção do sistema e da ordem social, evidencia-se o lado negativo do trabalho, pois, conforme Sarmiento (2016), *“o que se encontra na existência real, concreta dos homens é o trabalho alienado próprio da produção capitalista, centrado na exploração e na acumulação”* (p.33).

Ainda assim, é por meio do trabalho que o homem viabiliza suas ações e a partir de sua relação com os instrumentos, modifica a natureza, transforma-se a si mesmo e cria novas necessidades. Nesta vinculação, também desenvolvem uma série de mediações como a comunicação, a consciência e o conhecimento que fazem parte da reprodução do ser social e histórico, colocada pela práxis (GUERRA, 2000). Ou seja,

[...] o desenvolvimento do trabalho exige o desenvolvimento das próprias relações sociais e o processo de reprodução social como um todo, requer mediações de complexos sociais tais como: a ideologia, a teoria, a filosofia, a política, a arte, o direito, o Estado, a racionalidade, a consciência e a técnica. (LESSA, 1999, *apud* GUERRA, 2000, p.05).

---

<sup>16</sup> Teleologia diz respeito à capacidade de antecipar no pensamento o método e o resultado das ações a serem realizadas. Conforme Tonet (2013), teleologia em Marx refere-se ao “estabelecimento consciente de fins a serem atingidos. Fins que não podem ser abstraídos diretamente da realidade objetiva, portanto tem que ser “criados” pelo sujeito, pois estão articulados com o atendimento das suas necessidades (p.84).

Assim, percebe-se que para além do trabalho, a mediação se coloca como categoria necessária ao entendimento histórico crítico da sociedade, fundamental a compreensão de como a questão social se desenvolve e se expressa a partir de suas múltiplas determinações.

A relação entre o Serviço Social e a questão social, conforme Guerra (2002), nunca é direta, tão pouco imediata. É mediatizada pela forma que o Estado intervém na questão social. Essa intervenção ora se dá via políticas públicas e direitos sociais, ora se dá como caso de polícia, como podemos perceber nas demandas e necessidades da usuária apresentadas no capítulo anterior. Neste sentido,

O debate sobre a instrumentalidade do Serviço Social percorre a história da profissão em razão da própria natureza desta: o Serviço Social se constitui como profissão no momento histórico em que os setores dominantes da sociedade (Estado e empresariado) começam a intervir, de forma contínua e sistemática, nas consequências da "questão social", através, sobretudo das chamadas políticas sociais"(SOUSA, 2008, p.120).

Assim, se estabelece um campo determinado na divisão sociotécnica do trabalho para o Serviço Social, onde sua utilidade se materializa nas respostas às necessidades, a partir de um conjunto instrumental e de uma série de mediações frente às demandas das classes que permitem o reconhecimento social da profissão, em uma sociedade construída a partir dos antagonismos entre suas duas classes fundamentais, imprimindo por tanto, sua intervenção nas contradições postas nessa relação.

Outro importante elemento de mediação ao exercício profissional, que conforme Coelho (1999), deve balizar todas as ações e estratégias profissionais, incluindo nesse campo o uso da instrumentalidade do Serviço Social é o Código de Ética da profissão, aprovado em 1993 (CFESS, 1993), que delimita valores e princípios que orientam o exercício profissional e expressa o acúmulo teórico-metodológico e ético-político retratados pelos assistentes sociais que se vinculam à perspectiva histórico crítica hegemônica na profissão desde o processo de reconceituação.

Antes do movimento de reconceituação da profissão o serviço social atuava como executor terminal das políticas sociais, visto em geral, separado do processo intelectual que envolvia o planejamento de tais políticas. Foi a partir do movimento de reconceituação, com o aprofundamento teórico metodológico com base na tradição marxista que a profissão questionou esse caráter, ampliando o leque de suas competências para elaboração, coordenação, execução, avaliação de programas e projetos, entre outros que se materializam no código de ética profissional (1993). Essas mudanças irão requerer da profissional, dentre

outros saberes, para a viabilização da intervenção, o domínio do instrumental técnico-operativo.

De acordo com as condições sócio-históricas da sociedade, a instrumentalidade pode ser deslocada para relação dos homens entre si, como acontece no processo de compra e venda da força de trabalho como mercadoria, condição essencial para manutenção do sistema capitalista e da ordem burguesa, que conforme Guerra (2000, p.05), “por meio de um conjunto de inversões transforma os homens de sujeitos em objetos, meios e instrumentos a serviço da valorização do capital”. Neste sentido, é importante que as assistentes sociais se percebam enquanto sujeitas e não como objeto do processo de trabalho, pois a condição de objeto desse processo imprime certa conformação com o modo como se realiza a intervenção profissional, que pode conduzir a uma prática pragmática, focada em ações pontuais e imediatas.

Todavia, a compreensão dos limites postos à essa intervenção torna-se necessária para o desenvolvimento de estratégias que ampliem as possibilidades do exercício profissional, como explica Sarmiento (2016), “[...] os processos de trabalho dos assistentes sociais se realizam no interior das organizações, são as instituições que organizam o trabalho profissional, mesmo quando preservada alguma autonomia” (p. 30). O autor ainda complementa:

[...] não dispomos dos meios necessários para a efetivação do trabalho, sejam financeiros, técnicos, materiais ou humanos. Isto é, afirmamos convictamente que dependemos de recursos para o exercício profissional, são meios e recursos que implicam programas, projetos e serviços, sem os quais não se realiza o fazer deste profissional. Esta é uma condição do exercício profissional que não pode ser negligenciada (SARMENTO, 2016, p.30).

Assim, é necessário ter em vista a direção crítica e política pela qual se lança o Serviço Social, buscando superar o empirismo e o imediatismo, a partir da mediação entre os usuários, os espaços sócio-ocupacionais, as determinações e contradições que permeiam a profissão e suas funções sócioinstitucionais (SARMENTO, 2016).

Neste âmbito, é importante que se compreenda a totalidade do objeto de intervenção. Para isso, Fernandes (2016) aponta que é necessária a passagem da imediatividade, da singularidade, que conforme a autora pode ser compreendida a partir de fatos isolados, individuais, familiares ou grupais que recebem respostas pontuais e paliativas, para a compreensão do real a partir das dimensões da particularidade e da universalidade, que possibilitarão a síntese das determinações sociais, que abrange a configuração das relações sociais, o processo sócio produtivo e a relação entre indivíduo e sociedade.

No debate acerca da instrumentalidade no Serviço Social, as participantes da Oficina de Supervisão Profissional problematizaram a questão da imediatividade, a importância dos momentos de suspensão e abstração, buscando entender como superar algo tão presente em uma conjuntura em que o exercício profissional no âmbito do SUAS é permeado pelas péssimas condições de trabalho, pela quantidade expressiva de demandas reprimidas, pela imposição de metas e por tantos outros fatores que incidem diretamente na prática profissional. Como indica Fernandes (2016),

O cotidiano, sempre carregado de contradições às quais o assistente social vende a sua força de trabalho, frequentemente exige de nós respostas rápidas e pragmáticas às demandas apresentadas. Neste afã, podemos nos reduzir às buscas constantes pelo acervo técnico-instrumental, sem agregar a ele as possibilidades de construir mediações, as quais possibilitam o encontro do eixo articulador entre teoria e prática (p.22).

Ainda sobre os desafios postos ao exercício profissional pela pressão do imediato, a autora complementa:

As características dos diferentes espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social nos impõem constante reflexão e revisão da prática, da linguagem, das técnicas, entre outros elementos do processo de trabalho. As tramas do cotidiano somadas à burocracia e o imediatismo numérico, ou seja, “atender o maior número de pessoas” nos trazem conflitos diários que vão se incorporando, muitas vezes de maneira imperceptível (FERNANDES, 2016, p.23).

Neste sentido, as participantes foram provocadas a refletirem sobre como o imediato pode fazer parte de outro processo que vá à direção do Projeto Ético-Político do Serviço Social e, que abarque as estratégias e ações que as profissionais almejam consolidar e construir a partir de seu exercício profissional. Dessas reflexões, um dos grandes pontos levantados foi a necessidade das profissionais terem domínio do conteúdo de cada ação profissional, para que haja o entendimento que em determinadas circunstâncias as demandas podem ser atendidas a partir de medidas que apresentem em maior ou menor grau, concepções que vão ao encontro à perspectiva da singularidade, no entanto, a compreensão sobre os limites e possibilidades que tornaram tal ação necessária, o contexto ao qual ela se realiza, bem como a não responsabilização dos usuários é fundamental. Isso não quer dizer que outras estratégias e ações não possam ser adotadas para transformação dessa realidade, a partir do arsenal de instrumentalidades que dispõe a profissão.

O Projeto Ético-Político da profissão também se constituiu a partir do movimento de reconceituação, do estabelecimento da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8662/1992), do Código de Ética (1993) e das novas Diretrizes Curriculares aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em 1996. Conforme Coelho (2008), esse projeto rompe com o conservadorismo, vislumbra a emancipação humana



e a superação da sociedade capitalista, pautado em valores centrais como a liberdade, a autonomia, a plena expansão dos indivíduos sociais, a defesa intransigente dos direitos humanos sociais e civis da classe trabalhadora, da democracia, a socialização da riqueza socialmente produzida, o pluralismo, entre outros. Sua viabilização no âmbito das condições atuais em que se realizam o trabalho das assistentes sociais na esfera dos SUAS é um dos grandes desafios postos ao exercício profissional.

As assistentes sociais compreendem que têm a capacidade política de resistência de organização política e de interferência nos processos de trabalho, no entanto, precisam estar fortalecidas em sua autonomia relativa, buscando sua ampliação no embate e na correlação de forças presentes na estruturação dos equipamentos do SUAS.

A Assistência Social, além de sua dimensão teórica, política e econômica, se constitui sob um conjunto de procedimentos técnico-operativos que irão conferir aos profissionais a atuação em dois campos distintos, em sua formulação como política pública e em sua execução. Conforme Guerra (2000), é no campo da execução e implementação que se situa majoritariamente o mercado de trabalho para as assistentes sociais. Isso se dá pela própria forma de enfrentamento da questão social por parte do Estado, que a fragmenta e a recorta em múltiplas expressões a serem atendidas pelas políticas sociais.

Assim, o exercício profissional se dá predominantemente na instância das políticas sociais em que a população vulnerabilizada demanda e requer respostas, ainda que fragmentadas, confirmando então a contribuição dessas políticas na produção e reprodução, material e ideológica para a manutenção da força de trabalho.

Diante o exposto nos debates das Oficinas de Supervisão Profissional, se percebe que a condicionalidade do exercício profissional das assistentes sociais passa a ser mediada pela lógica das instituições, conferindo às profissionais a realização de ações que lhes são atribuídas por organismos e instâncias, fazendo com que as assistentes sociais adquiram as condições de trabalhadoras assalariadas, com todas as implicações que disso decorrem. Por isso se torna tão importante a compreensão do significado sócio-histórico das instrumentalidades, por ser a via que materializa o exercício profissional, a compreensão da natureza, das modificações, as conceituações das políticas sociais, como se propôs o primeiro capítulo desse trabalho, tratando-se da Assistência Social.

O SUAS, a partir de seus espaços de intervenção vai atribuir formas, conteúdos, desafios, limites e possibilidades ao exercício profissional, assim como o modo em que se expressa a Política de Assistência Social (paliativa, compensatória, focalizada, residual, etc.),

vão produzir uma dinâmica que conforme Guerra (2000), se reflete no exercício profissional a partir de dois movimentos:

[...] 1) interditam aos profissionais a concreta apreensão das políticas sociais como totalidade, síntese da articulação de diversas esferas e determinações (econômica, cultural, política e psicológica), o que limita a uma intervenção microscópica, nos fragmentos, nas refrações, nas singularidades; 2) exigem dos profissionais a adoção de procedimentos e instrumentais, de manipulação de variáveis, de resolução pontual e imediata (p. 7-8).

É a instrumentalidade como mediação que irá permitir a passagem das ações pragmáticas e meramente instrumentais para o exercício profissional crítico e competente. Ou seja,

Reconhecer a instrumentalidade como mediação significa tomar o Serviço Social como totalidade, constituída de múltiplas dimensões: técnico-instrumental, teórico-intelectual, ético-política e formativa (GUERRA,1997), e a instrumentalidade como uma particularidade e como tal, campo de mediações que porta a capacidade tanto de articular essas dimensões, quanto de ser o conduto pelo qual as mesmas traduzem-se em respostas profissionais. No primeiro caso, a instrumentalidade articula as dimensões da profissão e é síntese das mesmas. No segundo, ela possibilita a passagem dos referenciais técnicos, teóricos, valorativos e políticos e sua concretização, de modo que estes se traduzam em ações profissionais, em estratégias políticas, em instrumentos técnico-operativos. Em outros termos, ela permite que os sujeitos, face a sua intencionalidade, invistam na criação e na articulação dos meios e instrumentos necessários à consecução de suas finalidades profissionais (GUERRA, 2000, p. 12-13).

Neste sentido, a instrumentalidade irá permitir que as referências teóricas que explicam a lógica, a dinâmica e a história da sociedade, possam ser utilizadas na compreensão das particularidades e singularidades cotidianas do exercício profissional (GUERRA,2000), além de contribuir substancialmente no processo de intervenção profissional das assistentes sociais no âmbito do SUAS, onde a partir da perspectiva teórico-crítica da profissão, problematizam a realidade, com base nesse processo amplo de análise aqui demonstrado, que conforme Coelho (1999), busca descortinar as demandas apresentadas à profissão, as possibilidades de inserção e intervenção sócio ocupacional e a ampliação das possibilidades do exercício profissional a partir da interlocução com os movimentos organizados da classe trabalhadora.

#### **4.2 Instrumentos e técnicas do exercício profissional do Serviço Social**

Se para efetivação da práxis as assistentes sociais dispõem além das dimensões teórico-metodológica e ético-política, a dimensão técnico-operativa, que irá traduzir a utilização do conjunto instrumental da profissão, torna-se necessário compreendermos a relação entre os instrumentos e a técnica empregada para o alcance de suas finalidades.

Conforme Sarmiento (2005), a capacidade de mediação como parte da abstração e do processo intelectual que viabiliza a passagem para o concreto pensado ou seja, para as possibilidades de aproximação do real e se materializam na efetivação do trabalho, é exclusiva do ser humano. Neste sentido, a racionalidade está intrínseca ao processo de produção humana, que reproduz em seu interior, relações sociais e que expressam os ditames do conjunto da sociedade, que conforme o autor, tratando-se da ordem capitalista acaba por “*suprimir o papel humano do homem na produção*” (p.12), o afastando das dimensões intelectivas e racionais inerentes ao processo de trabalho.

Nesse sentido, o autor aponta a técnica como elemento que possibilita a criação e o desenvolvimento da racionalidade, compreendendo que no processo de trabalho humano a consciência é um ponto essencial por elaborar finalidades e produzir conhecimentos.

Destarte, a técnica, conforme Sarmiento (2005), *[...] passa a ser compreendida com o sentido de causar, fazer ser, na concepção de algo completo, assumindo assim, nesta relação de busca, de significado, de produção ou o fazer eficaz, ou seja, do ato (habilidade) produtivo à maneira eficaz, de fazê-lo* (p.12).

Na atualidade, a técnica materializada nos avanços do processo tecnológico, evidenciam impactos significativos para o homem, para a natureza e para a sociedade e apresenta-se de maneira automatizada, despolitizada, descolando-se do saber humano necessário à sua criação (SARMENTO, 2005).

No entanto, como indica Santos (2011), no âmbito do Serviço Social, a utilização dos instrumentos e técnicas devem se efetivar por meio da fundamentação teórica e do conjunto de habilidades profissionais de modo a garantir a competência profissional das assistentes sociais. Complementando essa afirmação, Trindade (2012), aponta a necessidade da compreensão acerca da realidade concreta em que se realiza o exercício profissional das assistentes sociais:

As ações e os instrumentos profissionais são analisados nas condições concretas em que se realiza o trabalho do assistente social, o que envolve as demandas sociais produzidas pela sociabilidade capitalista, as instituições que incorporam demandas e organizam ações sociais vinculadas às políticas sociais, atreladas à oferta de serviços sociais, compondo as diversas intervenções sobre as expressões da questão social" (p.72-73).

Dessa forma, é a partir do conhecimento que o exercício profissional das assistentes sociais deve construir as finalidades de suas ações, com patamares estratégicos e táticos. As ações desenvolvidas de maneira pragmática e afastada das dimensões da profissão se esvaziam de finalidades profissionais e passam a se constituir das finalidades das instituições contratantes.

Compreendemos que o exercício profissional se localiza na divisão social do trabalho, na sociedade capitalista e no âmbito das instituições, sendo assim possui limites e condicionalidades. No entanto, o fato das instituições serem responsáveis pela organização do trabalho não deve ser visto como um impedimento à materialização das finalidades da profissão e sim como uma particularidade que precisa ser compreendida em suas contradições (SANTOS, 2011).

Nesse segmento, Sousa (2008), compreende que o exercício profissional do Serviço Social, apesar de sua condição concreta no âmbito do mercado de trabalho e de sua relação com o Estado, com as políticas sociais e com as instituições empregadoras, ocupa um lugar de destaque, pois, por atuar diretamente no cotidiano das classes e grupos sociais menos favorecidos, tem a possibilidade de produzir conhecimento acerca dessa realidade. E esse conhecimento deve ser o principal instrumento de trabalho das assistentes sociais por permitir compreender a real dimensão das diferentes possibilidades da intervenção profissional, agindo com vistas a transformação desse cotidiano. De acordo com o autor,

Assim, o processo de qualificação continuada é fundamental para a sobrevivência no mercado de trabalho. Estudar, pesquisar, debater temas, reler livros e textos não podem ser atividades desenvolvidas apenas no período da graduação ou nos “muros” da universidade e suas salas de aula. Se no cotidiano da prática profissional o Assistente Social não se atualiza, não questiona as demandas institucionais, não acompanha o movimento e as mudanças da realidade social, estará certamente fadado ao fracasso e a uma reprodução mecânica de atividades, tornando-se um burocrata, e, sem dúvidas, não promovendo mudanças significativas seja no cotidiano da população usuária ou na própria inserção do Serviço Social no mercado de trabalho (SOUSA, 2008, p.122).

O que se propõe nos fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social é justamente a qualificação do conhecimento, de modo a romper com a mera aparência, com o pragmatismo, com a imediatividade, buscando a compreensão da essência dos fenômenos aos quais se debruça a intervenção profissional. Nessa direção é fundamental uma postura crítica, questionadora e investigativa por parte das Assistentes Sociais consolidando um exercício profissional crítico, competente e qualificado.

Conforme Sousa (2008), em uma prática profissional competente e qualificada os objetivos profissionais irão definir os instrumentos e as técnicas a serem utilizadas, e não o contrário. Como visto, esses objetivos só poderão ser efetivados se o profissional tiver conhecimento acerca da realidade social a qual incidirá sua ação. No entanto, não podemos desconsiderar que qualquer ação humana se condiciona também ao momento histórico em que está sendo desenvolvida. Ter consciência acerca desses elementos impedirá que a profissional

tenha uma postura fatalista ou por outro lado messiânica, como já discorrido nesse trabalho. Sendo assim, o autor destaca:

[...] mais do que copiar e seguir manuais de instruções, o que se coloca para o Assistente Social hoje é sua capacidade criativa, o que inclui o potencial de utilizar instrumentos consagrados da profissão, mas também de criar outros tantos que possam produzir mudanças na realidade social, tanto em curto quanto em médio e longo prazos (SOUSA, 2008, p.124).

Compreende-se então que no exercício profissional da assistente social, sua relação com o objeto é intercalada por um instrumento que conforme Sarmiento (2005), o torna um potencializador de força, que atua sob determinada forma em uma dada direção. Sobre esse aspecto, o autor entende que:

É potencializador porque permite concentrar toda a minha força (conhecimento que disponho), num dado instrumento, elevando-o a um grau superior, facilitando a sua expressão de determinada forma. A forma corresponde ao instrumento específico que, se utiliza num dado momento. Em nossa história profissional temos alguns já consolidados, mas que podem vir a serem ampliados, modificados, não significando que são únicos, apenas ainda não identificamos outros mais expressivos (SARMENTO, 2005, p.15-16).

Desse modo, o instrumento é sempre orientado pelo conjunto de conhecimentos intrínsecos ao Serviço Social e utilizado de modo intencional. É a utilização crítica dos instrumentos que irá permitir que as categorias da teoria social se objetivem na realidade social. Diante disso, se faz necessária a compreensão da técnica utilizada na operação dos instrumentos.

De acordo com Sarmiento (2005),

A técnica é concebida como criação do homem, na medida em que este procura satisfazer suas necessidades. Sendo uma criação do homem, é através da técnica que ele faz com que seu conhecimento opere, objetive-se, sobre as coisas. Torna-se, portanto, um meio de facilitação das suas realizações. Como um ato político, a técnica vai sendo re-criada de modo a atender melhor a realização de tarefas. É na prática e através da técnica que o homem vai conhecendo e ao mesmo tempo transformando (p.16).

As técnicas empregadas à operacionalização dos instrumentos não são definitivas, podem ser modificadas ou re-criadas de acordo com as necessidades e com a realidade a qual se insere. O conjunto dos instrumentos, técnicas, e conhecimentos necessitam também de condições de trabalho para serem materializados. Quando essas condições se modificam, os objetivos bem como a utilização desse arsenal, também se modificará.

Diante do debate acerca da instrumentalidade do Serviço Social, realizado no encontro das Oficinas de Supervisão Profissional, as assistentes sociais participantes apontaram que ao se inserirem no exercício profissional, chegam com uma grande insegurança, por

considerarem que a formação na universidade não dá conta de abarcar as especificidades do cotidiano profissional e as mediações essenciais ao exercício profissional como é o caso da instrumentalidade e, compreendem que a qualificação desse debate é fundamental para intervenção e para o acompanhamento das situações que se apresentam no cotidiano. Entretanto, é importante refletir se essas questões fazem parte do próprio processo de aprendizagem, que com a sua maturidade começa a identificar em que medida fazem parte de lacunas ou são próprias do processo de inserção do trabalho.

Com as discussões sobre a instrumentalidade como mediação do exercício profissional, as assistentes sociais avaliaram a importância de se compreender a complexidade dos processos, ações e conhecimentos necessários à intervenção profissional. Essa discussão suscitou o interesse pelo aprofundamento de dois instrumentos utilizados pelo conjunto das profissionais participantes, considerados centrais e controversos, são eles: a *visita domiciliar* e a *análise socioeconômica*.

Para problematização e aprofundamento teórico acerca desses dois instrumentos, Sousa (2008), apresenta como elemento para compreensão, sua classificação referente aos instrumentos de trabalho do Serviço Social como: “instrumentos de trabalhos diretos” e “instrumentos de trabalho indiretos”. Para o autor, instrumentos de trabalho diretos são os instrumentos que permitem o diálogo e a interação dinâmica, a partir da linguagem, dos gestos e entonações que irão contextualizar e identificar as subjetividades e as particularidades de forma mais acentuada. Dentre eles destaca-se a partir de uma breve elucidação:

- Observação Participante, que se objetiva produzir um conhecimento acerca da realidade observada a partir de uma interação face a face, onde a assistente social participa ativamente da realidade a que está sendo investigada;
- Entrevista individual e/ou grupal, compreendida como um processo de comunicação direta entre a assistente social e um usuário ou mais usuários, onde a assistente social conduz e direciona o processo aos objetivos pretendidos;
- Reunião, compreendida como espaço coletivos que busca estabelecer uma espécie de reflexão sobre determinado tema, com o objetivo de tomar decisões ou deliberações necessárias e pode se desenvolver junto aos usuários, profissionais das instituições ou com a rede de serviços prestados;

- Mobilização de comunidades, onde as assistentes sociais desenvolvem trabalhos na comunidade de um modo geral seja para suprir as necessidades identificadas no local ou para criar espaços de controle social e de politização dos usuários (SOUSA, 2008).

A *visita domiciliar* faz parte do que Sousa (2008) considera como instrumento de trabalho direto. Para o autor, trata-se de um instrumento cujo "*principal objetivo é conhecer as condições e os modos de vida da população usuária em sua realidade cotidiana, ou seja, no local onde ela estabelece suas relações do dia-a-dia: em seu domicílio*" (SOUSA, 2008, p.128).

Adensando a problematização desse instrumento, Sarmiento (2005), retoma os objetivos históricos impressos para visita domiciliar que se colocavam ao exercício profissional de perspectiva conservadora. Para o autor, a visita domiciliar se vinculava à compreensão ao modo de ser da classe operária por parte da classe dominante. Tal compreensão já vinha permeada por pré-conceitos que reduziam a classe trabalhadora a "*depravados, sem capacidade de assegurar para si um mínimo de bem-estar por falta de estrutura moral, e também por não resistir aos agitadores que procuravam constantemente desviá-la*" (SARMENTO, 2005, p.41). Os assistentes sociais eram então requisitados a realizarem um "tratamento social e educativo" a partir de um processo de "domesticação" das relações familiares e da vigilância moral das famílias.

Na contemporaneidade esse caráter se modifica substancialmente, porém alguns traços dessa herança histórica, principalmente no que diz respeito à fiscalização e comprovação da realidade das famílias, ainda permanecem na atuação de alguns profissionais e nas condicionalidades de alguns programas sociais. Para Sarmiento (2005), atualmente a visita domiciliar tem sido considerada como uma "entrevista" que se realiza na moradia do usuário ou cliente (denominação adotada pelo autor), ou seja:

É utilizada quando há necessidade, para um maior conhecimento da situação, de observar e conhecer o cliente em seu próprio ambiente, de reconhecer membros da família ou, ainda, como recurso de tratamento, o qual exige a atuação do assistente social sobre o ambiente familiar. Essa conceituação tem sido utilizada em diferentes enfoques, sendo numa perspectiva mais social, ou seja, preocupada com os aspectos ambientais e das relações que se formam em torno da família, ou numa perspectiva mais psicológica, voltada ao cliente, suas reações, seu comportamento, que com seu meio ambiente (p.42-43).

Esses aspectos também foram problematizados nas Oficinas de Supervisão Profissional, onde se evidenciou a qualificação constante dos instrumentos de trabalho em detrimento de sua utilização de modo automático. Para o grupo de assistentes sociais que participaram desse espaço, a partir das leituras e dos debates, a visita domiciliar foi

compreendida como um instrumento em que a profissional escolhe utilizar quando se há a necessidade de que elementos que não tenham sido captados no ambiente de trabalho sejam fundamentais de serem aprofundados para fortalecer as análises que estão sendo realizadas.

Ainda assim, as assistentes sociais apontam que nas visitas de acompanhamento dos Serviços de Proteção Especial pelo SUAS, percebem que os usuários acham que devem comprovar sua condição de pobreza, demonstrando os conteúdos das dispensas e geladeiras.

Nesse sentido é necessário que as profissionais tenham em vista as problematizações inerentes a visita domiciliar e a compreendam como instrumento estratégico e não como instrumento de rotina, a partir do bom senso e do discernimento buscando a superação das heranças conservadoras que muitas vezes se fazem presentes no exercício profissional de algumas assistentes sociais. O grupo compreendeu que tais considerações já devem estar presentes no momento em que se escolhe esse instrumento, de modo a garantir sua objetividade e evitar que questões que possam ser solucionadas no ambiente de trabalho sejam transferidas para a visita domiciliar.

O outro instrumento levantado nos debates das Oficinas de Supervisão Profissional foi a *análise socioeconômica*, classificado por Sousa (2008) como um instrumento de trabalho indireto. Para o autor, instrumentos de trabalho indiretos são utilizados necessariamente após a utilização dos instrumentos diretos e são caracterizados pelos registros escritos que contém informações necessárias a determinadas finalidades e que podem ou não ser compartilhados entre outros membros da equipe ou equipamentos da rede de serviços.

Essa forma de instrumento também permite a sistematização da prática profissional, elemento fundamental ao conhecimento e aprofundamento do exercício profissional que implica no registro e avaliação das ações profissionais com a finalidade de se produzir conhecimento acerca da prática profissional, do desenvolvimento histórico da profissão e da realidade e história dos usuários (SOUSA, 2008).

Dentre eles destaca-se também a partir de uma breve elucidação:

- Atas de reunião, que se constituem no registro de todo processo de uma reunião;
- Livros de registros, normalmente utilizados onde há grande circulação de profissionais. Consiste no registro das atividades realizadas, telefonemas recebidos, questões pendentes, atendimentos entre outras ações do cotidiano da instituição;



- Diário de Campo: instrumento livre e pessoal, onde o profissional relata seus atendimentos, sistematiza suas atividades e suas reflexões do cotidiano de trabalho. É um instrumento central para a construção da sistematização da prática profissional;
- Relatório Social: instrumento que expõe o trabalho realizado e as informações adquiridas durante a execução de uma determinada ação ou atividade; entre outros (SOUSA, 2008).

Segundo a Lei de regulamentação da Profissão (Lei nº 8662/1993) uma das competências profissionais das assistentes sociais é realizar a análise socioeconômica com os usuários para fins de benefício e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (BRASIL, 1993). As discussões das Oficinas de Supervisão Profissional compreenderam as competências profissionais como um conjunto de habilidades para as quais as profissionais estão aptas a desempenhar e possuem um peso muito importante na formação em Serviço Social.

A análise socioeconômica está presente em várias das competências estabelecidas na Lei nº 8662/1993, com o diferencial da atual direção que a profissão defende na perspectiva crítica da realidade.

Conforme Mioto (2009), antes do processo de reconceituação da profissão e da adoção da perspectiva crítica, as relações sociais e os indivíduos eram compreendidos no plano do imediato e a solução dos problemas sociais era de responsabilidade do próprio indivíduo. Dessa perspectiva a autora aponta que,

Ancorados nessa perspectiva, os assistentes sociais aprimoraram os seus instrumentos e técnicas – tais como a entrevista, a observação, a visita domiciliar – direcionados basicamente para o processo de averiguação dos modos de vida dos indivíduos. Houve, no interior das instituições, um processo de burocratização dos procedimentos e de regulamentação para a condução dos estudos socioeconômicos. Nessa linha, enraizaram-se no interior da profissão as bases dessa concepção e das formas de operar os estudos socioeconômicos. A sua reatualização tem encontrado terreno fértil no contexto da lógica neoliberal que revigora tanto o ideário de seletividade e merecimento na obtenção de auxílios materiais e de serviços, quanto incentiva o processo de refilantropização e despolitização do tratamento da questão social (MIOTO, 2009, p.04).

Após o movimento de reconceituação e da aproximação do Serviço Social com a teoria crítica e da afirmação com o compromisso ético-político dos assistentes sociais com a classe trabalhadora, a análise socioeconômica se configura a partir de dois pontos:

O primeiro concerne à interpretação das demandas postas aos assistentes sociais pelos indivíduos. Aquelas necessidades trazidas por sujeitos singulares não são mais compreendidas como problemas individuais. Ao contrário, tais demandas são interpretadas como expressões de necessidades humanas básicas não satisfeitas, decorrentes da desigualdade social própria da organização capitalista. Assim, o

assistente social tem como objeto de sua ação as expressões da questão social, e essa premissa não admite que se vincule a satisfação das necessidades sociais à competência ou incompetência individual dos sujeitos. O segundo refere-se ao redimensionamento que a perspectiva crítico-dialética exige da ação profissional no que diz respeito ao seu alcance e direcionalidade. Ao postular que as soluções dos problemas dos sujeitos singulares só se efetivam, de fato, com a transformação das bases de produção e reprodução das relações sociais – superação do modo de produção capitalista –, exige-se que a ação profissional seja pensada na sua teleologia. Para além de sua eficiência operativa ou de sua instrumentalidade, como propõe Guerra (2000), incorpora a elas o compromisso ético com a transformação social (MIOTO, 2009, p.05).

Esse redirecionamento modifica a lógica às análises socioeconômicas que passam a ser entendidas como instrumento fundamental ao processo de efetivação, ampliação e garantia de direitos, no enfrentamento das expressões da questão social (MIOTO, 2009).

Para as assistentes sociais participantes do projeto de Supervisão Profissional, a análise socioeconômica é um instrumento que analisa a reprodução social, a fim de identificar as demandas e a realidade dos usuários. Nessa lógica, a realidade apresentada pela análise socioeconômica contribui para o que se apresenta no atendimento, possibilita uma visão de totalidade no sentido de não individualizar a demanda e de abranger todos os aspectos que rodeiam esse usuário.

Desse modo, a análise socioeconômica serve para que as assistentes sociais consigam fazer uma melhor intervenção. No entanto, as profissionais apontam como necessária a identificação dos demais instrumentos que se inserem nesse contexto. Para as profissionais, é preciso que se identifiquem a realidade das demandas, para o estabelecimento de estratégias de intervenção, os instrumentos a serem utilizados, os recursos e os equipamentos a serem acionados, os programas que podem ser oferecidos de modo a contribuir para a transformação daquela realidade.

Essa compreensão irá contribuir para a superação da naturalização das demandas. É preciso que se identifique, por exemplo, se as demandas de negligência que muitas vezes chegam aos serviços de proteção social, são de fato negligência ou se são ocasionadas pela realidade em que se insere as famílias, que não possibilita o suporte para que façam aquilo que a sociedade diz que deve ser feito no âmbito das providências financeiras, habitacionais, emocionais, etc.

Cabe salientar que quando questionadas acerca da importância do aprofundamento teórico e da discussão sobre a instrumentalidade do Serviço Social, nenhuma assistente social respondeu que seria para atender aos programas ou as normas institucionais, o que pode significar que as profissionais estão problematizando os instrumentais para utilizá-los na

perspectiva de ampliação do acesso, e não de restrição como se sabe que ainda é presente no interior da profissão.

Esse debate demonstrou que compreender os limites do exercício profissional nessa sociabilidade, ao contrário do que possa parecer, que pode levar as assistentes sociais a uma acomodação, fortalece as possibilidades de refletir sobre estratégias de intervenção que ampliem o que é limitado no cotidiano. Quanto mais caracterizado for o exercício profissional, melhores ficarão as condições de superação dos desafios postos à ele. A lógica quanto ao conjunto dos instrumentos e técnicas devem estar submetidas ao seu processamento, que não é simples nem imediato pela pressão das contradições e dos desafios da realidade em que se insere o trabalho do Serviço Social.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço Social desde seu processo de reconceituação se colocou na perspectiva dos desafios e da resistência, por se posicionar na contraordem do contexto de regressão de direitos e da própria sociabilidade capitalista. Isso significa afirmar, que desafios sempre estiveram no horizonte da formação e do exercício profissional. Ainda assim, pretendeu-se desvendar e analisar alguns desses desafios postos ao exercício profissional da Assistente Social no âmbito do SUAS de Santa Catarina, bem como relaciona-los ao estudo bibliográfico pertinente às discussões e debates realizados com as profissionais que protagonizam esse processo, em busca de compreender como essas questões se conectam as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do Serviço Social, a partir do material produzido pelas “Oficinas de Supervisão Profissional” realizadas pelo projeto “Supervisão Profissional ao trabalho dos/das assistentes sociais que atuam no Sistema Único de Assistência Social de Santa Catarina”.

O ponto disparador das reflexões aqui levantadas foi a compreensão da Assistência Social como um direito a partir da dificuldade e/ou limitação das profissionais em formular essa concepção para além dos marcos legais e normativas. Essa dificuldade suscitou a busca de elementos e mediações que auxiliassem a uma construção mais ampla, compreendendo como se desenvolve a finalidade política dos direitos sociais e da Assistência Social no Brasil, suas particularidades no sistema capitalista na busca de apresentar estratégias que auxiliem o exercício profissional no cotidiano das instituições, com base no diálogo estabelecido entre os autores e as questões levantadas nos debates.

A partir do percurso histórico realizado, é possível perceber que desde sempre a garantia e a ampliação de direitos foi fruto de intensos processos de luta da classe trabalhadora, que é a classe que sofre diretamente os impactos da questão social. Também é possível compreender que no âmbito do sistema capitalista, os períodos de transições dos modos de produção se efetivaram na contradição entre os processos de crescimento e desenvolvimento econômico e o agravamento da exploração à classe trabalhadora.

Nesse sentido, os direitos sociais não emergem apenas como resposta aos processos de luta, mas também como estratégia de apaziguamento da classe trabalhadora, que resulta na materialização de políticas sociais fragmentadas, condicionadas e focalizadas em detrimento de políticas universais que busquem de fato superar a desigualdade social e que contribuam para redistribuição da riqueza socialmente produzida.

Outra consideração importante percebida no processo de elaboração e análises desse trabalho, diz respeito à caracterização das demandas que chegam ao cotidiano profissional, a partir das necessidades da população frente a esse processo de desigualdades sociais, cujas consequências impactam a vida social dos sujeitos, exigindo uma prática profissional que traga respostas a tais complexidades. Ou seja, os princípios defendidos pelo Projeto Ético-Político da categoria passam, no exercício profissional, pela necessidade de buscar mediações entre o que se apresenta no particular e no universal, nem sempre possíveis de serem ativadas de imediato ou mesmo mecanicamente. Nesse sentido, a apreensão da realidade e sobre a totalidade de como ela se apresenta é um desafio no âmbito das competências e atribuições essenciais às Assistentes Sociais.

Diante disso, a precarização das condições de trabalho também aparecem entre os grandes desafios demonstrados pelas profissionais. A falta de infraestrutura básica, de recursos, de profissionais, o elevado crescimento dos assédios morais e políticos às trabalhadoras da Política de Assistência Social, se expressam em um cotidiano de demandas reprimidas, de necessidades não atendidas que pressionam as ações profissionais, que por sua vez acabam muitas vezes por se desenvolver de maneira imediata, sem a qualificação e reflexão necessária.

Sobre esse aspecto, as profissionais demonstram que o estabelecimento de diálogos com os demais profissionais e equipamentos da rede de serviços, compreendendo essa, como o conjunto das demais políticas sociais e os aportes jurídico-legais que viabilizam o atendimento às demandas apresentadas pelos usuários, se configura também como um grande desafio. Nesse mote, o Estado aparece muitas vezes como elemento dificultador e violador de direitos, a partir de seus processos burocratizantes, de suas condicionalidades e da responsabilização cada vez maior atribuída à família por sua condição de vida, pobreza, violência e falta de acessos.

Apesar desses aspectos é possível perceber pelo percurso bibliográfico e pelas próprias falas das profissionais que é possível a criação de estratégias coletivas, a partir da politização e da organização dos usuários, de modo a fortalecer a consciência crítica, buscando tanto minimizar os efeitos das diversas negligências impostas pelo Estado como avançar na perspectiva de um Estado de Direito, como estratégico para um projeto societário livre dos processos de exploração e opressão. Condição a ser pautada pelas lutas sociais, pela análise do estágio da luta de classes, que em âmbito mundial, na contemporaneidade está sob ataque do capital.

O debate sobre a instrumentalidade do serviço social, por exemplo, é fundamental à contribuição no processo de construção das competências profissionais pautadas no projeto ético político profissional. As participantes demonstraram que a formação no âmbito acadêmico não dá conta de abarcar a totalidade das categorias e mediações necessárias a qualificação das técnicas e dos instrumentos utilizados no cotidiano do trabalho. Assim, demonstraram que o processo de participação nas “Oficinas de Supervisão Profissional” se deu enquanto um importante momento de suspensão e reflexão da prática profissional, oportunizando assim a qualificação do trabalho.

O apoio por meio do processo supervisão profissional se coloca, dessa maneira, como importante para ao exercício profissional. Compreende-se que o processo de reflexões a respeito do entendimento da assistência em social enquanto um direito contribuiu para que as profissionais compreendessem os direitos e as políticas sociais como instrumentos estratégicos, entendendo que para isso, o exercício profissional deve buscar contribuir para emancipação dos usuários no sentido de desenvolver suas das potencialidades, lutar para a liberdade do acesso, para a superação das condicionalidades e da fragmentação das ofertas, para a politização e o reconhecimento dos usuários enquanto sujeitos de direitos.

Assim, um dos principais desafios está em de fato conseguirmos realizar uma análise de conjuntura qualificada que reúna elementos da sociabilidade capitalista nesse patamar de financerização, da formação sócio-histórica brasileira, das lutas populares e dos principais aspectos que contribuem para a apreensão da realidade social. O Projeto Ético-Político do Serviço Social não existe sem o avanço das lutas populares. Essa avaliação por vezes é feita de forma adjacente e não constituinte. É fundamental refletir sobre qual o lugar que a categoria profissional ocupa em unidade com as lutas sociais a partir de seu reconhecimento enquanto parte da classe trabalhadora.

Para tal, é preciso aprofundar teoricamente categorias e conceitos que superem a institucionalidade do debate, tendo em vista que a inserção sócio institucional das assistentes pressiona para a imediaticidade. Como existe a unidade entre teoria e prática, esse movimento significa a utilização dos instrumentos articulados às análises, para além de sua dimensão meramente burocrática.

Por fim, avalia-se que a categoria profissional, tendo por parâmetro as profissionais que participaram do projeto, têm compromisso com os princípios éticos políticos definidos pelo Serviço Social brasileiro. No entanto, pela própria dinâmica da inserção sócio ocupacional e todo o conjunto de mediações necessárias para a apreensão da realidade em sua

totalidade e historicidade, pressionam o exercício profissional para a limitação imposta pela institucionalidade e dinâmica própria da alienação do trabalho sob as determinações do Capital. Assim, constituir processos de supervisão profissional, especialmente como espaço autônomo, se apresenta como um mecanismo de qualificação do trabalho profissional do Serviço Social. Da mesma forma, para a Universidade e a formação em Serviço Social pode se constituir como ferramenta de produção de conhecimento e pesquisa a partir da realidade profissional.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Roberto. **Apontamentos para a reforma política: a democracia representativa está morta; viva a democracia participativa.** Brasília: Revista Informação Legislativa, 2001. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/699/r151-02.pdf?sequence=4>

AMORIM, Andressa G. Carvalho de. **O Serviço Social e a institucionalização das demandas sociais: um estudo a partir das necessidades sociais no capitalismo.** Dissertação de Mestrado. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2010. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:dgSE8HseyJUU:www.ufal.edu.br/unidadeacademica/fsso/pos-graduacao/servico-social/dissertacoes-e-teses/dissertacoes-2/2010/o-servico-social-e-a-institucionalizacao-das-demandas-sociais-um-estudo-a-partir-das-necessidades-sociais-no-capitalismo+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>

ANTUNES, Ricardo. **De Vargas a Lula: Caminhos e descaminhos da legislação trabalhista no Brasil.** São Paulo: Revista Pegada - v. 7, n. 2, p. 83-88, 2006.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **O privilégio da servidão – o novo proletariado de serviços na era digital.** São Paulo: Boitempo, 2018.

ARAÚJO, Leonardo et al. **Capitalismo contemporâneo, desigualdades sociais e a crise de 2008.** Blumenau: Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional - v. 1, n. 1, p. 051-064, 2013.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Política Social no Capitalismo Tardio.** São Paulo: Cortez, 3ª edição, 2007.

BOITO, Armando Jr; BERRINGER, Tatiana. **Brasil: Classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma.** Campinas: Unicamp. Revista Sociedade e Política. v. 21, n. 47, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/viewFile/34470/21378>

BOSCHETTI, Ivanete. **O SUAS e a segurança social.** Brasília: Cadernos de Textos da V Conferência Nacional de Assistência Social. CNAS/MDS, 2005.

BRASIL. **Assistência Social em: Câmara Notícias.** Brasília: Câmara dos Deputados, 2017. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ASSISTENCIA-SOCIAL/546980-CORTE-NO-ORCAMENTO-DA-ASSISTENCIA-SOCIAL-PARA-2018-SERA-DISCUITIDO-EM-AUDIENCIA-NA-QUARTA.html>

\_\_\_\_\_. **Lei nº.8662 de 7 de junho de 1993.** Dispõe da profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8662.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm)

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Assistência Social.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.sesc.com.br/mesabrasil/doc/Pol%C3%ADtica-Nacional.pdf>



\_\_\_\_\_. **Proposta de Emenda à Constituição nº 241.** Brasília: Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=FAEDBBE4C21E80D0E682FCF445D0D03A.proposicoesWebExterno2?codteor=1468431&filename=PEC+241/2016](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=FAEDBBE4C21E80D0E682FCF445D0D03A.proposicoesWebExterno2?codteor=1468431&filename=PEC+241/2016)

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 6, de 13 de abril de 2016.** Conselho Nacional de Assistência Social. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2016. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=25/04/2016&jornal=1&pagina=56&totalArquivos=72>

\_\_\_\_\_. **Sistema Único de Assistência Social.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/Consolidacao\\_Suas.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Consolidacao_Suas.pdf). Acesso em 03/08/2018

CAMPOS, Fernando Marques de. **Os direitos sociais e sua fundação no capitalismo.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2138/tde-15062011-151142/pt-br.php>

CFESS. **Edição Especial: análise de conjuntura.** Brasília: Conselho Federal de Serviço Social – Gestão Tecendo na Luta a Manhã Desejada, 2016. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2016-CfessManifesta-AnaliseConjuntura.pdf>. Acesso em 09/05/2018

COELHO, Marilene Aparecida. **Imediatividade na prática profissional do assistente social.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp108860.pdf>

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: Uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2ª edição, 2006.

COUTO, Berenice Rojas; et all. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento.** São Paulo: Editora Cortez, 3ª edição, 2012.

DAVIS, Glade. **O Serviço Social e o notório saber de Marcela Temer.** Esquerda On Line, 2016. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2016/10/10/o-servico-social-e-o-notorio-saber-de-marcela-temer/>

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.

FERNANDES, Odete. Categorias fundamentais para a compreensão da instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: **INSTRUMENTOS TÉCNICO-OPERATIVOS NO SERVIÇO SOCIAL: um debate necessário.** COSTA; LAVORATTI (org). Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016. Disponível em: <http://www.uepg.br/proex/Documents/Ebooks/INSTRUMENTAIS%20TECNICO-OPERATIVOS%20NO%20SERVICO%20SOCIAL.pdf>

GUERRA, Yolanda. A Instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: CFESS/ABEPSS- UNB, 2000. Disponível em: <http://canaldoassistentesocial.com.br/wp-content/uploads/2018/04/instrumentalidade-e-ss.pdf>

GUERRA, Yolanda; BRAGA, Maria Elisa. **Supervisão e Serviço Social**. in: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS, 2009. Disponível em: <http://cressrn.org.br/files/arquivos/46m757L928C08m9UzW7b.pdf>

\_\_\_\_\_. **A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL**. São Paulo: Cortez, 3ª edição, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 3ª edição, 2015.

JESUS, Júlio César Lopes de; LOPES, Flávia Augusta Santos de Melo. **AS AÇÕES DO GOVERNO TEMER E SUAS IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS**. São Luís: VIII Congresso Internacional de Políticas Públicas, UFMA, 2017.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 3ª edição, 1999.

LINS, Priscila Vasconcelos. **A Assistência Social, o neoliberalismo e os desafios ao Serviço Social**. Rio de Janeiro: Reflexão Flama/Revista Eletrônica da Faculdade Flama - v. 1, n. 1, p. 21-29, 2009. Disponível em: [http://cress-sc.org.br/img/noticias/REVISTAREFLEXAOFLAMA\\_EDICAO01.pdf](http://cress-sc.org.br/img/noticias/REVISTAREFLEXAOFLAMA_EDICAO01.pdf)

LUKÁCS. G. **Ontologia do ser social. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. **A Questão Judaica**. São Paulo: Ed. Moraes, 2ª edição, 1991.

MASSI, Guilherme Nicolini Pires. **ISTO É A GUERRA... UMA GRANDE ESTUPIDEZ: TRANSFORMAÇÕES DOS SENTIMENTOS DE UM SOLDADO FEBIANO NA 2ª GUERRA MUNDIAL**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/132356>

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social - teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. **Hermenêutica: Dialética como caminho do pensamento social**. In: **Caminhos do pensamento: epistemologia e método**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. **Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional**. Florianópolis: Revista Katálysis, vol. 16, 2013.

\_\_\_\_\_. **Estudos socioeconômicos**. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. John Locke e o individualismo liberal. In: **Os clássicos da política**. Belém: Ática, 1993. Disponível em: [http://www.aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/164696/mod\\_resource/content/1/Francisco%20Weffort%20-%20Os%20Classicos%20da%20Politica%20Vol.%2001.pdf](http://www.aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/164696/mod_resource/content/1/Francisco%20Weffort%20-%20Os%20Classicos%20da%20Politica%20Vol.%2001.pdf)

MORAES, Camila. **Marcela Temer e a volta do ‘primeiro-damismo’ no Brasil**. São Paulo: El País Brasil, 2016. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/05/politica/1475703599\\_233017.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/05/politica/1475703599_233017.html). Acesso em 09/05/2018

MOREIRA, Maria Regina de Ávila; SANTOS, Maria Teresa dos. **Supervisão Profissional ao trabalho dos Assistentes Sociais que atuam no Sistema Único de Assistência Social – SC**. Florianópolis: UFSC, 2016.

NETTO, José Paulo. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64 in **Ditadura e Serviço Social**, São Paulo: Cortez, 1991.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Introdução ao método da teoria social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <http://cressrn.org.br/files/arquivos/50RJ5W8gL69H4A2o122W.pdf>

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS: Crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil**. Brasília:Thesauru, 1996.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **POLÍTICA SOCIAL: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 3ª edição, 2011.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **NECESSIDADES HUMANAS: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

PMDB. **Uma Ponte Para o Futuro**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso em 22/05/2018

PONTES, Reinaldo Nobre. **A categoria mediação em face do processo de intervenção do Serviço Social**. Brasília: Cadernos Técnicos, SESI - nº 23, 1999. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-104.pdf>

ROUANET, Sérgio Paulo. **Mal-Estar na Modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ROSSI, Amanda. **Onze meses após ser lançado por Marcela temer, Criança Feliz começa em só 6% das cidades brasileiras**. São Paulo: BBC- Brasil, 2017. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-41131754>

SANTOS, Ana Cristina de Lima; at al. **Os impactos das reformas no “Governo Temer” para as políticas sociais**. Florianópolis: II Seminário Nacional de Serviço Social, trabalho e políticas sociais. UFSC, 2017. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180129/103\\_00436.pdf?sequence=1](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180129/103_00436.pdf?sequence=1)

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na Prática a Teoria é Outra?** Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumem, 2011.

SANTOS, Cláudia Mônica; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**, Belo Horizonte: Revista Conexão Gerais – CRESS 6ª Região, v. 3, 2012. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/Revista-3.pdf>.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. O Instrumental Técnico em Serviço Social: alguns apontamentos sobre o relacionamento. In: **INSTRUMENTOS TÉCNICO-OPERATIVOS NO SERVIÇO SOCIAL: um debate necessário**. COSTA; LAVORATTI (org). Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016. Disponível em: <http://www.uepg.br/proex/Documents/Ebooks/INSTRUMENTAIS%20TECNICO-OPERATIVOS%20NO%20SERVICO%20SOCIAL.pdf>

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Rediscutindo os instrumentos e as técnicas em Serviço Social. **Textos de teoria e prática de Serviço Social: estágio profissional em Serviço Social na UFPA**. Silvia da Costa Stockinger (org.). Belém: Amazônia, 2005.

SOUSA, Charles Toniolo de. **A Prática do assistente social: conhecimento, instrumentabilidade e intervenção profissional**. Ponta Grossa: Revista Emancipação: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2008. Disponível em: [www.uepg.br/emancipacao](http://www.uepg.br/emancipacao)

TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais: Afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1999.

TONET, Ivo. **Para além dos direitos humanos**. São Paulo: Revista Novos Rumos, n. 37, UNESP, 2012. Disponível em: <http://www.bjis.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/2195>

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Método Científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013. Disponível em: <http://beneweb.com.br/resources/METODO%20CIENTIFICO%20Uma%20abordagem%20ontol%C3%B3gica.pdf>

TRINDADE, Rosa Lúcia Predes. **Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais**. In: Temporalis, Brasília: ABEPSS, Ano 2, nº 4, 2001.

UFSC. **Informações Sobre Estrutura**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2016. Disponível em: <http://ufsc.br>.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Estado e políticas sociais**. Rio de Janeiro: Praia Vermelha, UFRJ - v. 8, n. 1, 2008.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Classes Subalternas e a Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 9ª edição, 1999.